



**Lisbon School
of Economics
& Management**
Universidade de Lisboa

MESTRADO

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**Relação dos ODS Prioritários de Portugal com os ODS das Empresas
Cotadas (período 2018–2021)**

João Pedro Diogo Mendes

Outubro–2022



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**Relação dos ODS Prioritários de Portugal com os ODS das Empresas
Cotadas (período 2018–2021)**

João Pedro Diogo Mendes

Orientador: Prof. Pedro Verga Matos

Outubro–2022

Glossários de Abreviaturas

ODM–Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS–Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU–Organização das Nações Unidas

RSE–Responsabilidade Social das Empresas

INE–Instituto Nacional de Estatística

MNE–Ministério dos Negócios Estrangeiros

MP–Ministério do Planeamento

Índice de Tabelas

Tabela 1. Empresas constituintes do Índice Euronext PSI

Tabela 2. ODS mencionados como prioritários, no intervalo 2018-2021

Tabela 3. Número de vezes que cada ODS é mencionado

Tabela 4. ODS prioritário por setor de atividade

Tabela 5. Indicadores ONU em comum entre empresas e Portugal

AGRADECIMENTOS

Este trabalho final de mestrado deve-se ao apoio e ajuda de pessoas a que passo agradecer.

Primeiro que tudo ao meu orientador, Professor Doutor Pedro Verga Matos, pela disponibilidade, pela ajuda e aconselhamentos e pelas críticas construtivas que apresentou.

Agradeço também ao Coordenador do curso de Mestrado de Economia e Políticas Públicas, o Professor Doutor Carlos Farinha Rodrigues.

Agradecido também à minha família, que aconselhou e possibilitou cumprir este desafio.

Agradecer aos meus amigos, Marta e Ruben, por terem sido um suporte gigante e terem estado sempre comigo, não deixando cair mesmo nos momentos mais complicados.

RESUMO

As empresas e os Estados têm cada vez mais um papel maior no cumprimento de caminho para a Sustentabilidade, algo promovido pela Organização das Nações Unidas, com a Agenda 2030, onde foram estabelecidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sendo necessário entender como estes conceitos se podem implementar no setor empresarial, e de que maneira este prioriza e como se relaciona com o Estado Português.

Neste Trabalho Final de Mestrado compreende-se numa primeira fase, uma revisão de literatura que discute temas como a Responsabilidade Social tanto nas empresas como no Estado, e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, durante um intervalo de tempo desde 2018 a 2021.

Com base numa metodologia, executada pela KPMG, de análise qualitativa de relatórios empresariais, como relatórios de contas, relatório de sustentabilidade, e integrados; absorvendo dados das empresas como os Objetivos mais mencionados como prioritários, referindo a importância do setor de atividade em que cada empresa se insere, e com análise de indicadores definidos pelas empresas relacionados com as prioridades para as empresas, comparando com dados públicos do Instituto Nacional de Estatística e do Governo português.

As empresas têm todas algum tipo de plano de concretização de sustentabilidade, promovendo diferentes Objetivos, apresentando algumas semelhanças, diferenciando-se entre setores em que cada empresa se situa. Concluindo que existe uma pequena relação entre as empresas cotadas e o Estado, notando-se alguma discrepância entre os dois setores. As diferenças notam-se devido às distintas necessidades que cada setor responde e diferentes objetivos e interesses do cumprimento e da perseguição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, existindo ainda uma necessidade de as empresas entenderem como implementar as suas prioridades na atividade diária.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Sustentável, Objetivos de desenvolvimento sustentável, Responsabilidade social empresarial, sustentabilidade

ABSTRACT

Companies and States have an increasingly greater role in fulfilling the path to Sustainability, something promoted by the United Nations, with the 2030 Agenda, where the Sustainable Development Goals were achieved, and it is necessary to understand how these concepts can be implemented in the business sector, and how it is prioritizing and how it relates to the Portuguese State.

This Master's Final Work comprises, in this first phase, a literature review that discusses topics such as Social Responsibility both in companies and in the State, and the Goals of Sustainable Development, during a period of time from 2018 to 2021.

Based on a methodology, carried out by KPMG, of qualitative analysis of corporate reports, like account reports, sustainability reports, and integrated ones; absorbing data from companies such as the Objectives most mentioned as priorities, referring to the importance of the sector of activity in which each company operates, and with analysis of indicators defined by companies related to priorities for companies, comparing with public data from the National Institute of Statistics and the Portuguese Government.

The companies all have some kind of sustainability implementation plan, promoting different Objectives, presenting some similarities, differentiating between sectors in which each company is located. Concluding that there is a small relationship between listed companies and the State, noting some discrepancy between the two sectors. Differences are noted due to the different needs that each sector responds to and different objectives and interests in meeting and pursuing the Sustainable Development Goals, and there is still a need for companies to understand how to implement these as their priorities in their daily activity.

Keywords: Sustainable Development, Development Goals Sustainability, Corporate social responsibility, sustainability

Índice

Glossários de Abreviaturas	2
Índice de Tabelas	3
Resumo	5
Abstract	6
1. INTRODUÇÃO	8
1.1. Motivação do Trabalho	8
1.2. Objetivos de Investigação	8
1.3. Questões de Investigação	8
1.4. Estrutura do Trabalho	9
2. REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1. Desenvolvimento Sustentável	10
2.2. Responsabilidade Social do Estado	13
2.3. Responsabilidade Social das Empresas	13
2.4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	19
2.5. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de Portugal	24
3. METODOLOGIA	28
4. ESTUDO DE CASO	30
4.1. Definição da Amostra	30
4.2. Resultados	31
5. CONCLUSÃO	38
5.1. Discussão e Conclusões	38
5.2. Limitações do estudo	42
5.3. Pesquisas Futuras	42
Referências Bibliográficas	42
ANEXOS	

1. Introdução

1.1. Motivação do Trabalho

Desde 2015, ano em que foram estabelecidos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a chamada Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, que os países e as empresas apresentam ações e discursos que contribuem ou podem vir a contribuir para um maior nível de sustentabilidade seja a nível local, regional, nacional e mundial (ONU, 2020). Esta Agenda 2030, engloba vários temas e áreas como as Pessoas, o Planeta, a Paz, Prosperidade e Parcerias, e exige uma cooperação em grande escala entre comunidades, Estados, empresas e pessoas. Num tempo em que o conceito “sustentabilidade” tem ganho cada vez mais importância seja a nível ambiental seja a nível económico seja a nível social, e agravado nos últimos anos com uma grave crise pandémica do COVID 19, é necessário entender como as empresas e o Estado Português monitorizam e contribuem para os ODS e a relação entre estes dois procurando a existência ou não de contributos comuns (ONU, 2020).

1.2. Objetivos Principais do Trabalho

Este Trabalho de Final de Mestrado tem como principal objetivo entender se a priorização e cumprimento das metas e indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável por parte do Estado, e por parte das Empresas Cotadas do PSI se aproxima e se assemelha nos últimos quatro anos (2018-2021). Também se pretende analisar a evolução do Desenvolvimento Sustentável, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e da Responsabilidade Social, seja a nível empresarial seja a nível do Estado e que forma tem evoluído ao longo tempo, e como são influenciados e por que fatores. Por fim, também um dos objetivos desta dissertação será estudar a prioridade dada a cada ODS por parte das empresas constituintes do Índice Euronext PSI e cada indicador decisivo, e o mesmo em relação ao Estado, tentando assim concluir se as empresas se assemelham entre si nas suas prioridades e se comparando ao Estado Português quais as semelhanças ou diferenças nas prioridades dadas.

1.3. Questões de Investigação

No sentido de cumprir os objetivos principais, proponho-me a tentar responder às seguintes questões:

Quais são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável priorizados pelas empresas analisadas?

Existe semelhança entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do Estado com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das empresas cotadas?

Existe igualmente semelhança entre os indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do Estado com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das empresas cotadas?

1.4. Estrutura do Trabalho

Este Trabalho de Final de Mestrado está subdividida por 5 partes, incluindo esta parte introdutória.

De seguida, é apresentada a revisão de literatura, onde se aborda temas como Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Social tanto empresarial como estatal e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Numa terceira fase, é descrita a metodologia executada nesta dissertação, baseada numa análise qualitativa tanto de relatórios empresariais como de relatórios governamentais e do Instituto Nacional de Estatística.

A quarta fase de trabalho consiste na apresentação da amostra, dos resultados primários da análise realizada no sentido de responder as questões definidas nesta fase introdutória.

Numa última fase, são apresentadas algumas conclusões, respondendo às questões de investigação, como também são referidas limitações sofridas durante a execução do mesmo trabalho e nomeada possíveis investigações futuras.

2. Revisão de Literatura

2.1. Desenvolvimento Sustentável

Conceitos como sustentabilidade, apareceram durante a segunda metade do século XX, sendo o mesmo associado a melhor eficiência económica, a sistemas ecológicos protegidos, e a um maior bem-estar das pessoas (Pisani, 2006). Para Paul (2008), desde 1972, com a Conferência de Estocolmo, começaram as reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável (DS), pois a partir de então, os países acima de tudo começaram a levar em conta os desafios que viriam daí para a frente. Apesar que só no final do século XX, no Relatório Brundtland, realizado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987, apareceu oficialmente o conceito de DS.

O DS é o modo de alcançar o progresso de uma sociedade, respondendo às necessidades da geração presente, não comprometendo as capacidades das gerações futuras responderem às suas necessidades. Sendo este, um processo que acontece não só a nível global, mas também a nível nacional, regional e local (Slimane, 2012). Basicamente este conceito pretende responder aos desejos da população que procura uma vida melhor, apesar das limitações da natureza (Fonseca *et al*, 2020). Preocupando-se também que exista igualdade entre as gerações, através da redistribuição dos recursos das nações mais ricas para as nações mais pobres. Para isso, seria fundamental que nestes últimos ocorresse crescimento económico (Pisani, 2006). Também para Amaro (2003), o DS implica a solidariedade entre gerações e entre países, a utilização maior de recursos renováveis, e a alteração de processos de produção.

As definições de Sustentabilidade demonstram que este tema é algo multidimensional, que interliga várias capacidades e necessidades sejam elas económicas, sociais ou ambientais (Osório *et al*, 2005). Esta visão de futuro consiste em construir uma sociedade que alcance um balanço entre economia, sociedade e ambiente (Krechovská & Procházková, 2014). O desenvolvimento nestas três áreas que se interligam, é decisivo para o DS (Fonseca *et al*, 2020), sendo estes três pilares fundamentais conhecidos como triple bottom line (Pisani, 2006). Nestas mesmas áreas existem pontos fundamentais para o desenvolvimento como são o crescimento económico, a conservação dos recursos naturais e a evolução da sociedade. Sendo que um dos desafios mais importantes para alcançar o DS é a redução da pobreza, através de incentivos aos meios de produção e do consumo, contribuindo para que estes não dependam de forma brutal dos recursos naturais (Slimane, 2012).

Também Christofi *et al* (2012) associa o DS, às três áreas: social, ambiente e economia; assumindo que o mesmo registou alterações e que vem sendo contextualizado aos tempos modernos, associando a este conceito, temas como valor para os acionistas, juntamente com ligação as pessoas e a proteção dos recursos do planeta. No mesmo sentido, Brooks & Oikonomou

(2018) também defendem que para ser alcançado o DS é necessário conjugar as três áreas, e que essa ligação pode conduzir a criação de valor, sendo esta fundamental para a melhoria nessas mesmas três áreas.

Começando pela dimensão social, esta tem como um dos grandes objetivos o acesso à água suficiente para a utilização a nível doméstico e em trabalhos agrícolas (Slimane, 2012). Também Slimane (2012) defende que a Sustentabilidade Social procura avanços para estabilizar o crescimento da população, para minimizar a pressão desse aumento populacional nos recursos e nos serviços públicos, pois este crescimento é um fator que limita a disponibilidade dos mesmos e da capacidade da sua utilização responsável. Fonseca *et al* (2020) referem que, neste âmbito, a educação é fundamental, e a capacidade de conseguir formas inovadoras de ensino, especialmente a educação digital também o é. Neste sentido, também são fundamentais as Universidades para que se implementem novas formas de pensamento e de produção para alcançar a sustentabilidade necessária (Beuron *et al*, 2017). Caiado *et al* (2018) são daqueles que defendem que é fundamental investir na formação dos jovens, dando mais capacidades científicas, técnicas e tecnológicas, para se poder alcançar a sustentabilidade, para isso deverá existir uma cooperação entre os negócios, os governos, sejam eles locais ou regionais, e a restante sociedade. Existem possíveis formas de contribuir para uma maior sustentabilidade social como identificar os contextos sociais que contribuem para um consumo mais responsável dos recursos, e utilizar as diferentes formas de publicidade para promover os consumos e produtos sustentáveis (Cai & Choi, 2020).

Passando ao segundo pilar, o ambiente. Neste tema, também Fonseca *et al* (2020) defendem que é importante a proteção ecológica, através do uso de energias renováveis como a solar e eólica; apoiada através de políticas e de projetos de comunidade e de financiamento, e que esta procura por uma maior sustentabilidade ambiental contribui também para uma maior competitividade e prosperidade para os países e pessoas. Existem formas de contribuir para a sustentabilidade ambiental através da necessidade de relatórios de empresa, de regulamentos e incentivos para procurar essa mesma sustentabilidade, o uso de materiais mais ecológicos, avaliar os fornecedores, e a procura da eficiência energética (Cai & Choi, 2020). Neste âmbito também existe a questão da utilização de recursos. É defendido que, por exemplo, em relação aos recursos não renováveis, se utilizados excessivamente reduzem o stock disponível para as gerações futuras, não significando, porém, que não se possam utilizar esses recursos, apesar que a taxa de esgotamento deve ter em conta a importância, a disponibilidade e as tecnologias existentes que possam minimizar a utilização dos mesmos (Brundtland, G. H., 1987). Nesta área, também Sachs (2015) referiu que os problemas ambientais como mudanças climáticas, perda de biodiversidade, conversão de florestas e defesa dos mares; conduzem a que as sociedades olhem de forma urgente para a sustentabilidade e para o que fazer para alterar essa situação.

Por fim, o terceiro pilar fundamental para o DS, a Economia. A Sustentabilidade económica procura garantir o uso eficiente de água pelas empresas, aumentar a produtividade, procura melhoria dos cuidados de saúde e de segurança no trabalho (Slimane, 2012). Slimane (2012) também defende que os países industrializados e mais desenvolvidos levam vantagens em relação aos menos desenvolvidos, pois estes necessitam de outras formas menos sustentáveis para se desenvolverem. Nesta área, também é fundamental o empreendedorismo, a inovação e a digitalização, a implementação de robótica nos processos de produção, procurando promover a competitividade e o desenvolvimento de mercado (Fonseca *et al*, 2020). Toppo *et al* (2017) defendem que, neste âmbito, as empresas de maior dimensão e multinacionais têm uma maior influência na sustentabilidade, pois têm um maior impacto não só nos países desenvolvidos, mas ainda mais nos países em desenvolvimento, tentando diminuir a diferença entre os mesmos.

O DS incorpora a economia e o seu desenvolvimento, no sentido de procurar a sustentabilidade empresarial, incluindo neste subcontexto também os três pilares: económicos, ecológicos e sociais e a sua interação (Baumgartner & Ebner, 2010). O DS necessita que ocorra crescimento económico em lugares onde ainda as necessidades básicas não são atendidas, apesar que esse crescimento económico não seja suficiente, pois uma elevada atividade produtiva e níveis mais ou menos elevados de pobreza podem coincidir e colocar em perigo o ambiente, como é defendido por Brundtland (1987). Defendendo também que a evolução tecnológica pode fazer crescer a capacidade de utilização dos recursos e bens, mas a sustentabilidade exige que, antes que se alcance os limites, existam garantias de acesso igualitário. Como defende Krechovská & Procházková (2014), o DS tornou – se tendência nos últimos anos, e por essa razão as empresas devem promover modelos de estratégia que promovam a sustentabilidade. Nesse sentido, as empresas devem integrar nos processos de gestão dos negócios, indicadores de desempenho sociais (Krechovská & Procházková, 2014). Brundtland (1987) defende que o DS necessita de um processo progressivo na sociedade, que deve existir uma distribuição equitativa em termos sociais, que até pode ser alcançada num ambiente rígido, mas as políticas de desenvolvimento têm de considerar alterações no acesso a recursos e a sua distribuição, tanto como a distribuição de benefícios e custos, pois as necessidades básicas de pessoas nos países em desenvolvimento ao não serem atendidas compromete esse desenvolvimento.

Nos últimos dois anos (2020-2021), o aparecimento da Pandemia do Covid-19, conduziu a economia a nível mundial a níveis históricos de recessão, como é referido pelas Nações Unidas (ONU). Defendendo que as quarentenas, medida implementada na grande maioria dos países, para conter a propagação deste vírus reduziu drasticamente tanto a procura como a oferta dos mais variados produtos e serviços, o que fomentou a crise económica e social, com perda de liquidez, saídas de capital, e pressões nos mercados. Esta crise ameaçou e continua ameaçar os avanços já alcançados em relação a igualdade de género, seja a nível de trabalho seja a nível da participação

na sociedade, tendo também registado grandes efeitos nas economias baseadas essencialmente em setores informais sem proteção social e com grande volatilidade dos mercados (ONU, 2020).

2.2. Responsabilidade Social do Estado

A responsabilidade principal do Estado é confrontar as desigualdades sociais seja de que tipo forem, mas deve colaborar com o restante da sociedade para enfrentar as mesmas, como defende Rico (2004). O mesmo refere que a governação de um país deve basear-se numa estreita colaboração entre o Estado, a sociedade em si e empresas, e com base nessa relação, as empresas podem criar e aproveitar oportunidades de investimento, de disponibilizar para a sociedade um conjunto de recursos necessários, formação de agentes, e assim contribuir também para um Estado mais capaz de responder às necessidades.

As entidades da Administração Pública devem-se envolver na implementação de iniciativas para alcançar a sustentabilidade e contribuir para o alcançar dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), devendo, no entanto, também não comprometer as capacidades financeiras, não prejudicando as possibilidades futuras de investimento (Caldeira *et al*, 2021). O caminho para a sustentabilidade pode conduzir a organizações públicas mais eficientes, especialmente utilizando uma redução de custos a longo prazo, impulsionando um caminho para as mesmas e para uma estratégia mais definidora para os países (Caldeira *et al*, 2021). Por exemplo, as câmaras municipais podem e devem ser meios fundamentais para as iniciativas sustentáveis necessárias para o alcançar das metas dos ODS, o que ainda não é muito bem assumido pelas mesmas, como defendem Gonçalves *et al* (2020).

A pandemia do Covid-19 incitou à necessidade de tanto os governos nacionais como os locais demonstrarem capacidade de resposta, seja em medidas de saúde seja em medidas económicas. Neste sentido existe e deverá continuar a existir cooperação entre os atores públicos e outras entidades para aligeirar os impactos desta grave crise (ONU, 2020).

2.3. Responsabilidade Social das Empresas

A Responsabilidade Social das Empresas (RSE) apareceu no final da década de 20, do século XX, quando se debatia na sociedade se os gestores deveriam ser responsáveis pelos acionistas, por um lado; ou se por outro, os gestores deveriam preocupar-se com a sociedade como um todo (Sheehy & Camilleri, 2021). Dividiu-se então esta “responsabilidade” em quatro níveis de prioridade. Primeiro, os gestores deveriam preocupar-se em que a empresa fosse economicamente estável. Em segundo lugar, deveriam preocupar-se com o cumprimento das leis. O terceiro nível seria um

nível de respeito pela ética e da justiça. E por fim, o quarto nível, as empresas deveriam ser solidárias (Sheehy & Camilleri, 2021).

Eweje (2014) refere que a RSE, deve ser uma base fulcral na relação entre as empresas e todos os outros agentes que são influenciados pela mesma, respondendo ao maior interesse da sociedade. Zhu *et al* (2016) defendem também que as empresas, ao seguirem uma estratégia responsável, alavancam a sua reputação e o interesse dos clientes, distinguindo-se das restantes. A RSE é vista, por Mendes (2004), como uma abordagem que concilia a sobrevivência das empresas, com a rentabilidade das mesmas e a exploração de novos mercados e oportunidades, fazendo frente a novos desafios para as empresas, seja através da criação de valor em períodos de contração económica como também com processos de inovação e de produtividade. Para Dias (2009), a sustentabilidade empresarial é algo que não é momentâneo, ou seja, evolui, e que tem cada vez mais apoiantes na sociedade, especialmente derivado de uma alteração de mentalidades, e de mudança de visão acerca do mercado. É destacado por Bebbington & Unerman (2007) que um negócio sustentável tem que permitir um ambiente futuro, pelo menos igual ao que encontrou. Nesse sentido, é necessário como diz Kardos (2012) que a governação das empresas forneça uma organização pensada e montada para olhar a longo prazo e que consiga integrar certos instrumentos, sejam coordenados de forma vertical seja horizontalmente. Kardos (2012) também defende que, nestas estratégias, também a influência do público nesse processo é de salientar e de fomentar pois são estes que serão afetados de alguma maneira com os resultados das empresas. Enquanto, Azam *et al* (2011), referem que as empresas devem ter um principal objetivo na apresentação dos seus relatórios, que é apresentar a criação de valor e o retorno aos acionistas. A apresentação desses relatórios, se demonstrar adoção de medidas sustentáveis, como defende Friend (2009), podem atrair vantagens como o prestígio da marca, aumento de vendas, respeito por parte de funcionários e clientes, e diferencial sobre a concorrência.

A Sustentabilidade empresarial combina um conjunto de ideias que englobam vários critérios como socioeficiência, ecoeficácia, socioeficácia, ecoeficiência e equidade ecológica (Sheehy & Camilleri, 2021). Este é um processo evolutivo e contínuo, um processo que está em expansão devido às grandes emergências globais, que conduz as empresas a reinventarem-se, aproximando os interesses dos inúmeros stakeholders, como clientes e fornecedores, e tornarem-se mais ecoeficientes. Este deixou de ser apenas um “clichê”, transformando-se atualmente num fator de máxima importância para o sucesso das empresas e para o cumprimento dos objetivos das mesmas de forma sustentável (Poveda, 2022). Esta procura pela sustentabilidade empresarial, como também defende Torugsa *et al* (2013), baseia-se nos 3 pilares, já referidos anteriormente: crescimento económico, equidade social e proteção ambiental. Dentro disso as empresas podem ser proativas ou reativas, sendo que a primeira necessita que as empresas apliquem estratégias

sustentáveis de forma voluntária, e a reativa envolve que as empresas aplicam o mínimo pretendido por lei.

Velte (2021) diferencia a forma como a organização interna e externa da governação das empresas influencia a responsabilidade social das mesmas. Na organização interna, por exemplo a composição dos conselhos de administração, sendo que os principais fatores que interligam essa composição com um melhor desempenho em relação à responsabilidade social empresarial são a independência do conselho, pois não devem existir conflitos de interesse na monitorização da operação das mesmas; também a diversidade de género, contribuindo este ponto para o ODS 5: Igualdade de Género; o tamanho dos conselhos e a sua atividade, sendo que estes não têm impacto significativo no desempenho sustentável da empresa (Velte, 2021). Também Nobanee (2019) refere o facto que uma estrutura governativa bem pensada pode contribuir para que as empresas conjuguem os seus objetivos empresariais com valores sustentáveis, reduzindo os riscos e criando valor para a sociedade e acionistas.

Pascucci *et al* (2021), defendem que para que as empresas combinem os objetivos financeiros com objetivos sociais e verdes, e não apenas terem uma visão superficial da sua atividade, devem empregar uma visão mais empreendedora e resiliente, derivada de uma maior formação profissional. Sobre este tema também, Ulrich (2016) defende que é esperado um aumento cada vez mais impactante de investimentos em empresas “verdes” e com base em fatos sustentáveis, o que pode conduzir a um aumento da transparência por parte das empresas para atrair esses investimentos. Para Whelan *et al* (2020), é consensual que a relação entre as ações sustentáveis e os retornos das empresas é positiva, especialmente através de uma organização estruturada e planeada nesse sentido, pois principalmente atraem novos investidores com novas visões e com perspectiva de longo prazo. Os próprios acionistas devem criar mecanismos para “examinar” o investimento sustentável por parte dos gestores, no sentido de o valor da empresa não ser afetado de forma negativa, pois é defendido por Boukattaya *et al* (2021), que a não responsabilidade social pode ter um efeito maior do que realizar esse comportamento. Para Hollerer (2022), existem dois tipos de contextos da RSE, um explícito, que se liga ao responder aos interesses das sociedades, às estratégias voluntárias das empresas e as expectativas que os vários stakeholders têm para a empresa; e um implícito, que consiste nos interesses formais e informais das empresas, nas normas legais e no consenso da sociedade.

Cellier & Cholleta (2011), defende que os relatórios não financeiros, como os da sustentabilidade, possibilitam o aparecimento, como importantes bases de decisão, temas como o ambiente e os indicadores sociais. Estes relatórios são uma resposta por parte das empresas aos interesses da sociedade envolvente (Ceulemans *et al.*, 2014). A monitorização do cumprimento da procura pela sustentabilidade por parte das empresas consiste na avaliação desses mesmos relatórios realizados

por estas, para os quais foram criados inúmeros indicadores, com o objetivo de facilitar essa mesma avaliação (Fernandes, 2017). É necessário que esta monitorização seja ainda mais profunda, apesar da resistência ainda de muitas entidades, devido á exposição das suas debilidades e de possíveis conluios indevidos, nesse sentido, essa monitorização deve ser realizada de forma conjunta entre gestores e auditores, com o objetivo de evitar esses mesmo desvios (Costa, 2018).

Pizzi *et al* (2020) referem que existe uma relação entre a sensibilidade da área de mercado e a divulgação do cumprimento ou não dos ODS por parte das empresas, sendo que em setores mais sensíveis, as empresas estarão mais interessadas em divulgar as suas atividades. Apesar de que existe uma diferença entre empresas financeiras e as não financeiras, pois nas primeiras seguem simplesmente os indicadores Global Reporting Initiative, as segundas baseiam-se na sua atividade e nas experiências vividas em relação ao tema (Pizzi *et al*, 2020). Nesse sentido, também Ábido *et al* (2020), argumentam que as empresas devem divulgar à sociedade e aos diversos stakeholders, as suas atividades e ações de intervenção na sociedade para além da parte económica, e que em relação a essa divulgação nota-se que as grandes empresas divulgam mais, não sendo influenciada essa divulgação pelos retornos financeiros. Para Kocmanova & Hrebicek (2014), as tomadas de decisão das empresas passaram a ser fundamentadas em avaliações qualificadas, medindo vários indicadores sustentáveis, especialmente através dos relatórios empresariais, o que permite comparar as diferentes formas que as empresas estão a considerar a “perseguição” da Sustentabilidade.

A não existência de um nível de RSE pode conduzir as empresas aos mais variados processos judiciais e criminais, e, por conseguinte, a multas e limitações operacionais evitáveis, como defende McGuire (1988). Neste sentido, as empresas podem e devem perseguir uma ideia de maior responsabilidade social para reduzir riscos, sendo que também as que apresentam maior nível de responsabilidade social apresentam maiores níveis de retornos de ativos como no mercado de ações (McGuire *et al*, 1988). Esta nova visão económica e empresarial é vista como caminho para tanto as empresas, como a sociedade no geral procurarem alcançar os ODS promovidos pela ONU, como refere Santos (2014). Este ideal tem apresentado avanços como a sua inclusão nos sistemas de gestão, incorporando uma visão holística, isto é, uma visão mais global e interligada, como defende também Santos (2014), tendo aumentado também a corresponsabilização e consciencialização das mesmas nos impactos da sua atividade nos ecossistemas, mas ao mesmo tempo também aumentou a necessidade de indicadores que meçam o nível dos objetivos cumpridos. Cellier & Cholleta (2011) defendem que as empresas que promovam um caminho responsável para com a sociedade têm impacto, de alguma maneira, no mercado, normalmente de forma positiva. Os mesmos defendem que, por exemplo, a defesa de direitos humanos tem um impacto positivo na empresa, ao contrário por exemplo dos problemas ambientais que possam ser provocados pela mesma.

Para Dantas *et al.* (2020), as empresas têm de procurar novas formas tecnológicas, entrando no contexto da Indústria 4.0, sendo este um cenário que consiste em romper com o que está estabelecido e dirigir a operação para uma tecnologia interconectada com as redes online e conduzir a uma rede de maior eficiência e inteligência com sistemas cibernéticos, a Internet das Coisas, Big Data. Esta permite as empresas planear de forma diferente a utilização dos recursos, minimizando o consumo dos mesmos (Dantas *et al.*, 2020). Apesar destas várias iniciativas, é defendido por Santos (2014), que as evoluções na Responsabilidade Social ainda apresentam vários problemas, pois existem ainda grandes emissões de dióxido de carbono, altas taxas de desemprego, ainda elevados níveis de pobreza, grandes níveis de desigualdade. Defendo que estas ações são ainda muito voluntárias e não obrigatórias, necessitadas de ainda muita reflexão e de envolvimento dos trabalhadores por exemplo. Por fim, defende também que é ainda predominante uma visão apenas de negócio com ênfase na criação de valor financeiro e retorno económico, e seguimento de estratégias de encobrimento de ações pouco sustentáveis (Santos *et al.*, 2014). Como é defendido por Bastos (2017) e Bebbington & Unerman (2018), não existe ainda um processo único seguido pelas empresas portuguesas, e que essa não existência, conjuntamente com possíveis maneiras camufladas, podem prejudicar a sustentabilidade como lesar o cumprimento das empresas de certas normas. Hubbard (2009), também considera que ainda não existe uma forma comum de apresentação dos relatórios e da divulgação do “trabalho” da empresa em termos de responsabilidade social. Koehler (2016) defende, que se é pretendido que os Estados e as empresas persigam os ODS e que cumpram um plano de metas específico, então devem ser monitorizados por especialistas, no sentido de evitar quaisquer desvios. Isto é demonstrado pelas várias ações de Greenwashing, como defende Baumgartner (2010). Apesar de muitas empresas procurarem respeitar e cumprir as regras e objetivos da sustentabilidade, e de muitas terem obrigação de apresentarem os seus relatórios de sustentabilidade, e dos vários esforços de Organizações Não-Governamentais e dos governos, existem outras que simplesmente apresentam oratória e não ações concretas, sendo isto baseado no Greenwashing, sendo que algumas empresas seguem esta forma errada, pois não conseguem entender qual a melhor maneira de incluir nas suas estratégias e atividades as visões da sustentabilidade (Baumgartner & Ebner, 2010).

Greenwashing, para Delmas & Burbano (2011), é considerado como uma interligação de comportamentos das empresas, em que o desempenho ambiental e a comunicação sobre esse desempenho são contrários, isto é, o desempenho ambiental é insuficiente enquanto a informação revelada pela empresa sobre o mesmo é positiva. Para Delmas & Burbano (2011) são considerados três níveis de estimuladores para este comportamento: externo, organizacional e individual. A nível externo são englobadas as pressões do mercado, seja de reguladores, consumidores e outros investidores, pois as empresas pretendem responder a procura por empresas sustentáveis por parte dos consumidores. A nível da organização existem incentivos no

interior da empresa, seja nível ético seja de comunicação, em especial em casos que não exista uma forte regulação da sua atividade. A nível individual relaciona-se com as capacidades cognitivas, de atuação no mercado, e os fatores que influenciam as decisões dos agentes internos das empresas (Delmas & Burbano, 2011).

A necessidade de investimento por partes de outros stakeholders, e a importância cada vez maior das questões ambientais, conduz a muitas empresas a preferirem o Greenwashing, para atrair esses investimentos verdes, o que prejudica a transparência necessária e exigida às empresas (Pimonenko *et al*, 2020). Netto *et al* (2020) argumentam que o Greenwashing pode consistir em vários tipos de ações empresariais, como por exemplo alterações aos rótulos dos produtos, o que dificulta o controlo dessas ações e em punir as empresas que preferem esse caminho. Matias *et al* (2021) referem que, também, os escândalos económicos e financeiros ocorridos levantaram o problema de como as empresas incorporam os vários princípios éticos e sociais nos seus processos de decisão. Estes princípios, têm influenciado em grande escala a atividade económica e empresarial, tentando as empresas minimizar os efeitos negativos e maximizar os efeitos positivos das suas ações, aprimorando e investindo recursos em atividades mais responsáveis a nível social (Matias *et al*, 2021).

Também a já referida crise pandémica levantou variados problemas no mundo empresarial, desde o desemprego, passando pela necessidade de implementar o regime de lay-off em muitos casos, a fragilidade dos inúmeros contratos temporários existentes, os custos com o trabalho precário, e a necessidade de atuação de uma já debilitada proteção social (Mamede *et al*, 2020). É defendido, por autores como Martins *et al* (2021), que muitas empresas adotaram no seu plano estratégico apenas recomendações da Organização Mundial da Saúde e das entidades sanitárias, como por exemplo o uso de máscaras e o teletrabalho, existindo falhas na comunicação e da coordenação com as entidades públicas. Tsalis *et al* (2020) referem que a empresas e a sociedade como um todo tiveram e têm que ajustar formas de planear e de funcionar para poderem realizar um caminho que vá de acordo com os ODS. Ameli *et al* (2021) defendem que para mitigar os efeitos da pandemia nos ODS, deveria existir uma estratégia global, que inclua uma gestão verde, um mercado de trabalho dinâmico e apoios a pesquisas em vários setores. Rosati & Faria (2019) defendem que os ODS só serão possíveis de ser alcançados, caso exista uma colaboração global, que gere soluções, crie inovações científicas e tecnológicas, e que crie formas de negócio mais sustentáveis e inovadoras. Os atuais problemas sociais e ambientais criaram uma maior pressão em relação às empresas, no sentido de elas serem mais sustentáveis e conscientes (Cabaço *et al.*, 2017).

2.4. Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável

Em setembro de 2000, a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu um conjunto de objetivos, os chamados Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM). Estes objetivos tinham como objetivo primário alcançar uma redução na pobreza e criar parcerias entre os agentes globais, sendo esses objetivos os seguintes (Roma, 2019):

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome
2. Alcançar o ensino primário universal
3. Promover a igualdade de gênero e a autonomização das mulheres
4. Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater VIH/SIDA, malária e outras doenças
7. Garantir a sustentabilidade ambiental
8. Criar uma parceria global para o desenvolvimento

Os ODM são objetivos concentrados na redução da pobreza extrema, não refletindo as relações entre poderes, economias e sociedades. Enquanto os ODS já abrangem outros problemas como as desigualdades, a exclusão social, o crescimento económico “verde” e as alterações climáticas (Sanahuja, 2014). Os dois assemelham-se na capacidade de conduzir os agentes sociais a perseguir certos e determinados indicadores, mantendo muitas metas semelhantes, apesar do aumento de não só de objetivos como de metas (8 objetivos e 21 metas no caso dos ODM que passaram a 17 objetivos e 169 metas no caso dos ODS) (Sanahuja, 2014).

Fukuda-Parr (2016) defende que os ODM, dão mais ênfase, quando comparados aos ODS, aos assuntos do género, notando a maior importância dada a assuntos como a igualdade de género, a saúde sexual, a violência física, e as diferenças na educação e saúde entre os géneros. McArthur (2013), refere que estes representaram uma parceria global entre os vários países, desde países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Sendo que os ODM tornaram-se num mecanismo sem precedentes de interação entre os países, e na luta pela pobreza e pelo bem-estar global (Marques *et al*, 2019). Argumenta-se por alguns defensores dos mesmos, que estes objetivos foram bem-sucedidos reduzindo a pobreza em praticamente 50% a nível global (Woodbridge & Zimmermann, 2015). Porém, Woodbridge & Zimmermann (2015), também referem a existência críticos que defendem que o progresso destes objetivos foi desequilibrado seja a nível temático seja a nível regional, pois existiu uma atuação pouco holística e mais individual, isto devido a uma visão que estes só contribuía para as metas dos países do Sul. O mesmo refere que devido

a estas falhas, foram definidos os ODS. Giannetti *et al* (2020) defendem que estes novos objetivos existem para que se supere os incumprimentos e os falhanços de medidas anteriores. Estes consistem numa Agenda 2030 promovida pela ONU, que entrou em vigor em 2016 e apresenta 17 objetivos. Estes Objetivos estimulam atividades em áreas decisivas como:

Pessoas: ações que pretendem acabar pobreza e a fome, e fomentar a dignidade e igualdade de todos os seres humanos.

Planeta: ações que pretendem proteger o planeta, dos recursos naturais e o clima, através de uma gestão responsável dos recursos seja a nível de consumo seja a nível de produção.

Prosperidade: ações que pretendem criar as condições para que todos os seres humanos possam progredir nas várias áreas e na realização pessoal.

Paz: ações que pretendem fomentar um “clima” justo e inclusivo entre as sociedades, sem violência e sem medo.

Parcerias: ações que pretendem promover uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável, dando ênfase às necessidades dos mais pobres e vulneráveis, envolvendo todos os Estados, todas as comunidades e entidades privadas (PNUD).

Os Objetivos que foram definidos pela Agenda 2030, em 2015 pela ONU, são eles os seguintes (ONU, 2020):

1. Erradicação da pobreza
2. Erradicação da fome
3. Saúde de qualidade
4. Educação de qualidade
5. Igualdade de género
6. Água potável e saneamento
7. Energias renováveis e acessíveis
8. Trabalho digno e crescimento económico
9. Indústria, inovação e infraestruturas
10. Redução das desigualdades
11. Cidades e comunidades sustentáveis
12. Produção e consumo sustentáveis

13. Ação climática
14. Proteção da vida marinha
15. Proteção da vida terrestre
16. Paz, justiça e instituições eficazes
17. Parcerias para a implementação dos objetivos

Estes ODS, ao contrário dos ODM, são vistos como metas a ser aplicadas de uma forma uniforme e global e não só a serem tomadas por países desenvolvidos, mas também por países em desenvolvimento (Woodbridge & Zimmermann, 2015). Estes devem se focar num desenvolvimento integrado e dar mais importância ao ambiente na perseguição do DS (Woodbridge & Zimmermann, 2015).

Pedersen (2018) é um dos autores que comparando os ODM e os ODS, argumenta que os segundos contribuiram e continuam a contribuir para que as empresas apliquem todas as suas forças na resolução dos problemas da sociedade. Estes novos objetivos incluem neles pontos de interligação entre o meio ambiente, a economia e a sociedade, como refere Woodbridge & Zimmermann (2015). Enquanto os ODM mostraram que os países podem optar por perseguir os seus próprios objetivos, já os ODS devem ser monitorizados a nível nacional, regional e local, sendo que para que estes objetivos possam ser alcançados é necessário que se encontre um ponto de colaboração entre governos nacionais e locais, e contribuições de outras entidades privadas (Woodbridge & Zimmermann, 2015). Le Blanc (2015) defende que os ODS englobam visões que podem se aplicar a realidades distintas e integradas, e assim alargar as possibilidades nas várias áreas englobadas pelos mesmos. Fonseca *et al* (2020) defendem que estes objetivos procuram que as sociedades e as organizações integrem novas formas de atividade, respondendo às novas necessidades da sociedade em geral, contribuindo para uma melhor compreensão das políticas e de como as colocar em prática, e medindo os desempenhos das mesmas, assumindo as mesmas um papel decisivo nas estratégias futuras das empresas.

Os ODS são acompanhados principalmente pelos Estados, sendo estes que têm a responsabilidade primordial de monitorizar os avanços na implementação destes. Foram criadas 169 metas distribuídos por cada um dos 17 ODS, sendo que estes deverão ser acompanhados através de indicadores, sendo estes, 230 indicadores, alguns consensuais, outros nem tanto (PNUD). Moallemi *et al* (2020) defendem que as estratégias para o seguimento dos ODS, devem ser aplicadas a partir da base para o topo e de forma urgente, através da atividade da sociedade seja a nível local, seja a nível nacional, seja a nível de empresas; permitindo que existam emparelhamentos entre benefícios, custos e necessidades. Neste sentido as estratégias devem ser interdisciplinares, apoiando mudanças que devem ser de longo prazo, baseadas em alto

investimento, ou então de curto prazo, baseadas em relativos baixos investimentos (Moallemi *et al.*, 2020).

Esta visão que os ODS transpõem para o futuro obriga a que existam parcerias não só dentro de uma sociedade, mas entre as várias sociedades, e necessita não só de alteração de comportamentos, mas também de pensamentos (Wachenfeld, 2015). Neste âmbito, o setor privado deve destacar se como o principal colaborador em planos como crescimento económico, novos empregos, investimentos e planos inovadores. Wachenfeld (2015) defende que sendo assim, existe um dilema nos privados, entre a emergência dos objetivos e as ambições das empresas, para “ajudar” a resolução desse dilema as empresas deverão ser encorajadas e por vezes “obrigadas” a colocar em prática certas estratégias que conduzam à procura do cumprimento dos ODS. Para isto, os modelos de negócios das empresas devem ser configurados às novas necessidades, inclusive darem prevalência em garantir a procura pela sustentabilidade do que pela procura dos lucros (Wachenfeld, 2015).

Para Wachenfeld (2015), estas colaborações devem ser tomadas em atenção três pontos: o parceiro, o crescimento e o financiamento. O primeiro baseia-se na partilha seja de custos seja de responsabilidades, mas também de benefícios; o segundo pressupõe a procura responsável das oportunidades de investimento e dos padrões que os mesmos devem apresentar; e por último, a procura de investimento em países menos desenvolvidos e o retirar barreiras existentes no financiamento de projetos inovadores (Wachenfeld, 2015). Estas relações apresentam sinergias e compensações, existindo impossibilidade de alcançar um, caso ocorra progresso noutros, ou interdependência de um ou mais objetivos, como por exemplo a Erradicação da Pobreza e Redução das Desigualdades podem refletir se no consumo da sociedade, nesse sentido pode conduzir a um maior consumo, o que pode conduzir a um impacto ambiental maior e assim impedir o cumprimento de objetivos associados ao ambiente; ou também como por exemplo o Crescimento económico pode contribuir para a Redução da Pobreza ou da fome, melhorando também o acesso à água e a melhores cuidados de saúde (Fonseca *et al.*, 2020). Apesar de tudo isto, existem críticos dos ODS, como por exemplo, Vaughan (2015) que defende que estes são muitos, que consideram demasiados indicadores e metas, o que dificulta a eficácia que se pretende na obtenção dos mesmos. Como também Doyle (2016), que refere um dos mesmos problemas que os críticos dos ODM referem, como já falado anteriormente, que cada Estado pode escolher aqueles que lhe são mais vantajosos, e focando apenas em determinados indicadores e assim comprometendo todos os outros não escolhidos. Os ODS e a sua aplicação têm sofrido com ainda falta de visão por parte de muitos agentes da sociedade, por falta de capacidade técnica, por incumprimento de leis, e pela ainda não existência de planeamento por parte das empresas ou simplesmente falta de interesse nos mesmos (Allen *et al.*, 2018).

Nos últimos dois anos, apareceu no Mundo a Pandemia Covid 19, algo que pôs em causa o cumprimento e o caminho já realizado no que diz respeito aos ODS. O “Relatório de Metas de Desenvolvimento Sustentável 2020”, das Nações Unidas, relatou que esta pandemia poderia conduzir cerca de 71 milhões de pessoas à pobreza. Existiram impactos nos negócios, devido aos muitos casos da doença, aos confinamentos, à falta de produtividade e à instabilidade nos mercados de capitais (ONU, 2020). Apesar disto, esta pandemia conduziu a uma maior procura e consumo de energias mais renováveis em prejuízo de combustíveis fósseis, levando a algumas melhorias, momentâneas, na luta pelos objetivos da sustentabilidade ambiental (Wang & Huang, 2021). Com a pandemia Covid-19 apareceu a ideia de que as organizações poderiam nortear as suas estratégias para ações mais autênticas no que diz respeito à Sustentabilidade, porém o que realmente ocorreu foi que as organizações conduziram estratégias que tinham como fundamental interesse, o impacto a curto prazo (García-Sánchez, 2020). Nesta situação, tornou-se ainda mais essencial as empresas aplicarem estratégias não só de combate à doença como também de compromisso pelos ODS (García-Sánchez, 2020). Muitas empresas realizaram doações não só de material sanitário como de outros recursos materiais para contribuir para a melhoria das condições sanitárias como na pesquisa para encontrar soluções para permitir superar a crise gerada pela pandemia. Esta situação também pode conduzir a uma maior pressão da parte dos governos e opinião pública sobre as empresas no sentido de as mesmas perseguirem os objetivos da sustentabilidade (García-Sánchez, 2020).

A pandemia do Covid-19 afetou e afetará ainda mais os ODS, pois esta crise afeta de forma mais intensa aqueles que são mais “desprotegidos” como mulheres, crianças e idosos. Também o meio ambiente foi afetado por esta crise, apesar de de uma forma positiva, mesmo que a curto prazo, devido a redução da atividade económica global, que levou à diminuição das emissões de gases com efeito de estufa e dos níveis de poluição (ONU, 2020). Esta pandemia conduziu a que muitos dos recursos financeiros, já por si limitados, sejam utilizados na resposta a esta crise sanitária e económica, e desviados do caminho para alcançar as metas definidas para os ODS (ONU, 2020).

Apesar de todo o progresso defendido por uns, autores como Naidoo *et al* (2020), consideram que esse trabalho tem estagnado, e que o Covid influenciou nesse sentido, especialmente devido aos prejuízos em relação ao crescimento económico, desenvolvimento tecnológico e à visão global dos ODS. Esta crise veio também contribuir para uma “degradação” das metas associadas ao ODS 17-Parcerias para o Desenvolvimento, e obviamente um dos mais prejudicados será o ODS 3-Saúde de qualidade (Chopraa *et al*, 2021). Os impactos derivados da crise pandémica afetam severamente os ODS, pois a mesma despertou inúmeros problemas em várias áreas da sociedade como a fome, os sistemas de saúde, o meio ambiente, a educação, o saneamento, e os empregos (Fulzele *et al*, 2021). Costa e Silva *et al* (2021), argumentam que, especialmente derivada da Pandemia Covid 19, a inteligência artificial ganhou importância na “luta” pelos ODS, promovido

pelo grande desenvolvimento tecnológico o que permite, apesar do Covid, a viabilidade de continuar a “perseguição” dos ODS.

2.5. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Portugal

Os ODS demonstram que o setor privado tem uma importância de maior na sua implementação, e que isso conduz a que as empresas demonstrem o seu compromisso ou não, pelo cumprimento das metas da Agenda 2030, apesar que os Estados têm um papel importante na tentativa de mobilização e de promoção dessa estratégia por parte das empresas (Scheyvens *et al.*, 2016).

No caso de Portugal, o Instituto Camões–Instituto da Cooperação e da Língua, é a entidade responsável pela monitorização da Agenda 2030, em colaboração com serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) como com outros Ministérios. As posições internas de cada país, como neste caso de Portugal, devem resultar de uma colaboração entre entidades governamentais como de não-governamentais, como também de entidades. As entidades portuguesas prepararam esta agenda a nível nacional, de maneira que a mesma integrasse as várias dimensões da sociedade que devem ser “afetadas” de forma “equilibrada e horizontal” (MNE, 2017). As prioridades a nível nacional deviam ser estabelecidas baseando-se na experiência alcançada com os ODM, e enfatizar setores e áreas fundamentais para a sociedade e que promovessem um “efeito catalisador” nos objetivos nacionais, como a redução de desigualdades e da pobreza. Portugal definiu como prioridade todas aquelas metas que contribuíssem para um bem-estar geral, para a dignidade humana e mais igualdade e para a proteção dos direitos humanos. Nesta Agenda, também foi dada prioridade aos temas do Estado de Direito, da paz, da segurança, as alterações climáticas, e a conservação da vida sustentável tanto nos oceanos e mares, como também nas florestas (MNE, 2017). A supervisão desta Agenda deve ser assumida pelos parlamentos sendo uma das bases de organização da sociedade. Também devem ser fortalecidos os sistemas de análise e estatística a nível nacional, seja a nível de recolha de dados e a sua utilização, e a preparação de indicadores reais para analisar o seguimento das metas (MNE, 2017).

Em Portugal, o MNE é a principal entidade responsável pela coordenação da Agenda 2030 a nível nacional, em colaboração com o, na altura, Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, com distribuição de competências aos Ministérios de cada área associada a cada um dos ODS. Foi no dia 25 de fevereiro de 2016, que os primeiros fios condutores desta mesma agenda, foram aprovados em Conselho de Ministros (MNE, 2017). Estes ODS podem dividir-se em 5 P’s, estabelecendo uma associação entre objetivo e área de influência: ao setor das “Pessoas” são associados os ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6; ao setor da “Prosperidade” os ODS 7, 8, 9, 10; ao tema do Planeta associam – se os ODS 11, 12, 13, 14, 15; a “Paz” o ODS 16; e por fim, ao tema das “Parcerias” é associado o ODS 17 (MNE, 2017).

Neste âmbito, Vaggi (2015) defende que os ODS são liderados por “Pessoas” e “Planeta”, dando ênfase à pobreza, fome, educação e diferenças de género, e aos problemas associados à água, ao consumo e produção e às alterações climáticas. Portugal, olhando para esta distribuição, declarou como prioritários os ODS 4, 5, 9, 10, 13, 14.

Em relação ao ODS 4-Educação de Qualidade; atribui-se uma grande relevância pois uma melhor formação conduzirá as pessoas a um maior bem-estar, desempenho, menor pobreza e maior igualdade.

Em relação ao ODS 5-Igualdade de género; considera – se que é primordial o Estado defender a igualdade entre homens e mulheres, e a não discriminação seja em função do que for.

Em relação ao ODS 9-Indústria, Inovação e Infraestruturas; é considerado que novas infraestruturas, indústria moderna, o progresso tecnológico e a digitalização contribui para o desenvolvimento da sociedade e a “luta” contra as alterações climáticas (MNE, 2017).

Em relação ao ODS 10-Reduzir as desigualdades; é considerado vital para a sociedade, a “luta” pela justiça social, a igualdade de oportunidades, o combate a pobreza e exclusão social, a promoção do acesso de todos os cidadãos a bens e serviços, e setores da saúde, educação e mercado de trabalho (MNE, 2017).

Em relação ao ODS 13-Ação climática; avalia-se o controlo de emissões de CO2 e de outros gases de efeito de estufa, como a promoção das energias renováveis e dos acordos como o Acordo de Paris (MNE, 2017).

Em relação ao ODS 14-Proteger a Vida marinha; sendo Portugal o maior estado costeiro da UE, e a importância do mar; tem existido uma promoção da pesca sustentável, e da exploração consciente dos recursos marinhos (MNE, 2017).

Em Portugal foram definidos como centrais para a monitorização do cumprimento dos ODS, 44 indicadores globais (MNE, 2017). Estes indicadores foram definidos baseando-se na sua relevância para o ODS em si, a importância a nível nacional, o valor de análise e o nível de atualidade do fator. Os mesmos se interligam sejam de forma positiva, como por exemplo indicadores do mercado de trabalho, macroeconómicos, e de rendimento; sejam de forma negativa, como indicadores ambientais e económicos. Como por exemplo o crescimento do Produto Interno Bruto impacta de forma positiva a economia, mas poderá impactar negativamente o ambiente, ou seja, o ODS 8 pode ser beneficiado enquanto os ODS ambientais como por exemplo o ODS 13 podem ser prejudicados (INE, 2021).

No atual programa de Governo (2022-2026), sendo o atual uma continuidade do anterior (2019-2023), sendo que este último foi interrompido devido à dissolução da Assembleia da República,

são identificados quatro desafios estratégicos que podemos de alguma maneira associar aos ODS e ao contributo que o governo considera essencial para tornar a sociedade portuguesa mais sustentável (Gov.XXIII, 2022).

O primeiro que podemos associar é o desafio: “Alterações Climáticas e Transição Climática”, neste caso podemos conectar com ODS associados ao Planeta, isto é, ODS como o ODS 13-Ação Climática ou o ODS 14-Proteger a Vida Marinha, objetivos definidos como prioritários, neste sentido o governo espera assumir como metas, reduzir os gases com efeito de estufa, apostar cada vez mais em energias renováveis, e encerrar definitivamente a produção de energia a partir do carvão. Também neste sentido existe uma maior aposta na economia circular, através da integração do mesmo nos currículos escolares, e na distinção de PME líder de PME Excelência (Gov.XXIII, 2022).

O segundo é o desafio: “Desigualdades”, a que podemos ligar aos ODS 4-Educação de Qualidade, o ODS 5-Igualdade de Género, e ao ODS 10-Redução das desigualdades, todos estes considerados como prioritários para o Estado Português. Neste âmbito o governo define que deve intervir em áreas como a distribuição equitativa de rendimentos, e na resolução das desigualdades locais e promover a coesão entre todo o território, também no reforço das qualificações da população. Neste último ponto, o governo assume que a continuidade dos apoios como Ação Social Escolar, promoção da gratuidade de residências escolares, e programas de apoio a famílias vulneráveis podem ser passos fundamentais no sentido de promover uma melhor educação e através dela reduzir todo o tipo de desigualdades. Também neste ponto, o governo dá importância fundamental à diminuição das desigualdades entre géneros, para cumprir esse objetivo procura promover a melhoria de salários e condições de trabalho, com a ajuda de mecanismos complementares para diminuir essa mesma desigualdade, promover o cumprimento das leis de paridades de género nos vários órgãos diretivos seja em empresas públicas e outras entidades da Administração Pública, e incluir as políticas de igualdade de género nos Orçamentos de Estado e dos variados serviços do Estado (Gov.XXIII, 2022).

Neste desafio, o estado também associa-se ao ODS 1 – Erradicar a Pobreza, apesar que não o tenha definido como prioritário, o governo português considera-o essencial também para poder alcançar os ODS associados às desigualdades. Neste ponto, o governo promove a intenção de realizar uma estratégia de combate à pobreza, ao reduzir a pobreza em todas as faixas etárias, reduzir os indicadores de privação material aproximando a mesma da média europeia, e também promover a redução das diferenças entre regiões do país (Gov.XXIII, 2022).

Por fim, podemos associar o desafio: “Sociedade Digital, Criatividade e Inovação” com o ODS 9-Indústria, Inovação e Infraestruturas, considerado como um dos prioritários para o Estado Português. Neste âmbito, é defendido continuar a criar incentivos fiscais para os projetos de

inovação, promover a valorização de novos produtos e serviços baseados em I&D, como projetos de inovação rural que dinamize a criação de valor a nível nacional, e estimular a atração de investimentos e de empregos que aproximem as comunidades da área digital e de investigação (Gov.XXIII, 2022).

Estes documentos governamentais, também se basearam na “Estratégia Portugal 2030”, realizada pela na altura Ministério do Planeamento (MP) ainda fora do Governo de Portugal, em que definiu quatro agendas essenciais para Portugal seguir. Para prosseguir esta visão, a Estratégia Portugal 2030 integra 4 agendas temáticas: Primeiro ponto associava que as pessoas devem vir em primeiro lugar, no sentido de recuperar valores ligados a riqueza do país, a menores desigualdades e menor exclusão social, aumentar natalidade e reduzir precaridade. Segundo ponto consistia no aumento da despesa relacionada com a investigação científica e tecnológica e aumentar a percentagem de jovens com ensino superior. O terceiro ponto, associava-se a transição climática, baseando a visão para o futuro, nas emissões de gases com efeito de estufa e na aposta de recursos renováveis. Por fim, o último ponto era associado ao crescimento económico em todas as regiões do país, e convergência com o resto da Europa (MP,2020).

Na análise de indicadores por parte do INE, existem indicadores que apresentam elevadas disponibilidade, isto é, possibilidade de avaliação, pelo Estado Português, da sua evolução. Nos ODS prioritários para o Estado Português, todos eles estão a níveis no mínimo de 50%, como por exemplo o ODS 5, ODS 13 E ODS 14, enquanto o ODS 4 está com uma avaliação de 67%, o ODS 10 avaliado a 71% e o ODS 9 com uma avaliação de 92%. Notando – se uma evolução positiva em todos os ODS prioritários (INE, 2022). Naqueles que não foram definidos prioritários destaca – se pela positiva os ODS 3 (86%), ODS 7 (83%) e o ODS 8 (81%), ao contrário dos do ODS 12 (38%), isto devido principalmente a indicadores como pegada material e resíduos perigoso que têm registado uma evolução negativa (INE, 2022).

3. Metodologia

Este trabalho de final de mestrado vai se basear num método desenvolvido pela KPMG, apresentado já em estudos como no “Estudo da KPMG sobre a Publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal”, de 2006 e no mais recente estudo, “The Time has come: The KPMG Survey of Sustainability Reporting 2020”, que consiste numa análise qualitativa, em que são analisados vários relatórios realizados pelas empresas, sejam eles relatórios de sustentabilidade, relatórios e contas, ou já relatórios integrados, no sentido de tentar responder às questões de investigação, retirando a informação necessária para análise dos mesmos, notando que esses mesmos estudos analisavam uma amostra maior do que aquela que será analisada neste

A KPMG já realizou variados estudos acerca deste tema, procurando reportar como os ODS são referidos pelo setor empresarial e que indicadores sobressaem na atividade empresarial (KPMG, 2020). Por conseguinte este Trabalho tentará responder às principais questões do trabalho já apresentadas, no sentido de através das conclusões retiradas dessas mesmas questões, responder à pergunta fundamental, isto é, como estão relacionados os ODS das empresas que constituem o índice PSI e os ODS de Portugal, entre 2018 e 2021.

A escolha deste método de análise deve-se à grande experiência e conhecimento de análise que esta consultora tem demonstrado e pesquisas e estudos fundamentais dentro do assunto analisado neste trabalho.

Serão então analisados relatórios anuais públicos das 15 empresas pertencentes ao índice Euronext PSI 20 da bolsa de valores de Lisboa, no período de tempo de 2018 a 2021, de forma a responder às questões referidas anteriormente, e ainda serão analisados indicadores utilizados pelas empresas no sentido de demonstrar o seu trabalho em relação aos ODS, e associar os mesmos a indicadores utilizados pela ONU, no sentido de, primeiro conhecer quais os apresentados, e segundo entender se, as empresas estão realmente a perseguir os ODS que mencionam como prioritários.

Nesse sentido serão retirados os seguintes dados dos relatórios:

- Quais os ODS mencionados?
- Quantas vezes cada ODS é mencionado pelas empresas?
- Se as empresas associam indicadores a esses ODS mencionados?
- Quantos indicadores as empresas associam aos ODS?

De seguida serão relacionados o número de ODS mencionados e tipos dos mesmos com o setor de atividade, com o propósito de relacionar os mesmos com a área de atividade, e entender se existe influência da mesma na escolha das prioridades empresariais.

Com o objetivo de confirmar se as empresas estão a contribuir realmente para aqueles ODS mencionados, serão associados os indicadores que as empresas destacam com os ODS prioritários em comum aos quatro anos de estudo, sendo seguidos de uma associação direta dos indicadores definidos pela ONU, permitindo isso, uma análise mais próxima da realidade, se estas empresas estão a utilizar indicadores que vão responder aos indicadores inicialmente definidos pela ONU

Este mesmo processo será realizado em relação ao estudo do Estado e das suas prioridades, utilizando os relatórios do Governo, do Instituto Camões, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e dos relatórios do INE, no sentido de retirar quais os ODS definidos como prioritários para o Estado Português, quais os indicadores utilizados por Portugal e se existem, se estes têm associação direta com os Indicadores da ONU e quantos são mencionados.

Por fim serão comparados os resultados das questões em relação às empresas e em relação ao Estado, no sentido de entender quais são os ODS comum entre o Estado e o setor empresarial, e quais os indicadores em comum entre esses mesmos dois setores.

4. Estudo de Caso

4.1. Definição da Amostra

Esta dissertação debruça-se sobre o índice Euronext PSI, o índice utilizado como referencial no mercado de capitais português, constituído por 15 empresas, cotadas na bolsa de valores de Lisboa. Sendo assim a amostra é constituída por essas mesmas empresas. Na tabela 1 apresenta – se as empresas constituintes da amostra com respetivo setor de atividade, e tipo de relatório analisado.

Tabela 1. Empresas constituintes do Índice Euronext PSI

Empresas	Setor de atividade	Tipos de Relatórios
Altri	Produtos Industriais	Relatório de Sustentabilidade
Banco Comercial Português	Bancos	Relatório de Sustentabilidade
Corticeira Amorim	Bens de consumo	Relatório de Sustentabilidade
CTT	Transporte industrial	Relatórios Integrado
EDP	Eletricidade	Relatório de Sustentabilidade
EDP Renováveis	Eletricidade	Relatório Integrado
Galp	Produção de petróleo e gás	Relatório Integrado
GreenVolt	Eletricidade	Relatório e Contas
Jerónimo Martins	Retalho	Relatório de Responsabilidade Corporativa
Mota Engil	Construção e materiais	Relatório de Sustentabilidade
NOS	Telecomunicações	Relatório Integrado
REN	Eletricidade	Relatório de Sustentabilidade
Semapa	Silvicultura e papel	Relatório de Sustentabilidade
Sonae	Retalho	Relatório de Sustentabilidade
The Navigator Company	Silvicultura e papel	Relatório de Sustentabilidade

Fonte: Elaboração própria

A amostra é constituída por 3 empresas da área da Eletricidade, 2 da área da Silvicultura e Papel, e 2 da área do Retalho, distribuindo-se as restantes por áreas como Telecomunicações, Bancos, e Produtos Industriais. As empresas também se distinguem na forma que divulgam a situação da responsabilidade social e sustentável, sendo que 67% delas (10) mencionam ODS no Relatório

de Sustentabilidade; 7% (1) menciona no seu Relatório de Responsabilidade Corporativa; enquanto outros 27% (4) mencionam no seu Relatório Integrado.

4.2. Resultados

Ao analisar os relatórios inscritos na tabela anterior, foram contabilizados e identificados quais o ODS mencionados e dados como prioritários nos últimos 4 anos (2018-2021), que se encontra na tabela 2.

Tabela 2. ODS mencionados como prioritários, no intervalo 2018-2021

ODS mencionados como prioritários	2021	2020	2019	2018	Mencionados em comum
Altri	5; 6; 7; 8; 12; 13; 15	5; 6; 7; 8; 12; 13; 15	3; 4; 7; 8; 10; 12; 13; 14; 15	1; 3; 4; 6; 7; 8; 10; 12; 13; 14; 15	7;8; 12; 13; 15 (5)
BCP	1; 4; 5; 7; 8; 10; 13; 15; 17	1; 4; 5; 7; 8; 10; 13; 15, 17	1; 4; 5; 7; 8; 10; 13; 15	1; 4; 5; 7; 8; 10; 13; 15	1; 4; 5; 7; 8; 10; 13; 15 (8)
Corticeira Amorim	Todos exceto 1; 2; 10; 14; 16	Todos exceto 1; 2; 3; 10; 14; 16; 17	Todos exceto 1; 2; 10; 14; 16; 17	Todos exceto 1; 2; 10; 14; 16	Todos exceto 1; 2; 3; 10; 14; 16; 17
CTT	3; 4; 7; 8; 11; 12; 13; 16	3; 4; 7; 8; 11; 12; 13; 15	3; 4; 7; 8; 11; 12; 13; 16	3; 4; 7; 8; 11; 12; 13; 16	3; 4; 7; 8; 11; 12; 13 (7)
EDP	7; 8; 9; 11; 13	5; 7; 8; 11; 12; 13; 15;	5; 7; 8; 9; 11; 12; 13; 15; 17	5; 7; 8; 9; 11; 12; 13; 15; 17	7; 8; 11; 13 (4)
EDP Renováveis	5; 7; 8; 9; 11; 13; 15	5; 7; 8; 9; 11; 12; 13; 15	5; 7; 8; 9; 11; 12; 13; 15	5; 7; 8; 9; 11; 12; 13; 15	5; 7; 8; 9; 11; 13; 15 (7)
Galp	7; 8; 9; 12; 13; 17	7; 8; 9; 12; 13; 17	7; 8; 9; 12; 13; 17	7; 8; 9; 12; 13; 17	7; 8; 9; 12; 13; 17 (6)
GreenVolt¹	5; 7; 8; 11; 12; 13; 15				5; 7; 8; 11; 12; 13; 15 (8)
Jerónimo Martins	Todos	Todos	Todos	Todos	Todos (17)
Mota Engil	5; 8; 9; 12; 13	1; 3; 4; 6; 8; 9; 10; 11; 12; 17	Todos exceto 6; 7; 10; 11; 17	Todos exceto 6; 10	8; 9; 12 (3)
NOS	3; 4; 5; 7; 8; 9; 11; 12; 13; 16; 17	3; 4; 5; 7; 8; 9; 11; 12; 13; 16; 17	3; 4; 5; 7; 8; 9; 11; 12; 13; 16; 17	3; 4; 5; 7; 8; 9; 11; 12; 13; 16; 17	3; 4; 5; 7; 8; 9; 11; 12; 13; 16; 17 (11)
REN	4; 5; 7; 8; 9; 11; 13; 15; 17	4; 5; 7; 8; 9; 11; 12; 13; 15; 17	4; 5; 7; 8; 11; 12; 13; 15; 17	4; 5; 7; 8; 9; 11; 12; 13; 15; 17	4; 5; 7; 8; 11; 13; 15; 17 (8)
Semapa	8; 12; 13	8; 12; 13	8; 12; 13	8; 12; 13	8; 12; 13 (3)
Sonae	Todos exceto 6; 11; 15	Todos exceto 6; 11; 15 (14)			

¹GreenVolt foi criada, com este nome, em março de 2021, o que explica a não existência de dados para os anos anteriores analisados neste Trabalho

The Navigator Company	8; 9; 12; 13; 15;	8; 9; 12; 13; 15	3; 4; 6; 7; 8; 12; 13; 16; 17	3; 4; 6; 7; 8; 9; 12; 13; 15; 17	8; 9; 12; 13; 15 (5)
------------------------------	-------------------	------------------	-------------------------------	----------------------------------	----------------------

Fonte: Elaboração própria

A partir da análise aos relatórios, pode se referir que de todos os ODS mencionados e dados como prioritários, o único que é comum seja a nível de empresas como de anos, é o “8-Trabalho Digno e Crescimento Economico”, um objetivo que pode dever-se à necessidade da redução do desemprego, da melhoria das condições de vida e de trabalho das pessoas, algo que deve ser transversal a todas as empresas. Da mesma também podemos retirar que a Mota Engil e Semapa mencionam ambas 3 ODS em comum ao período temporal estudado, diferenciando as mesmas num único ODS, enquanto Mota Engil apresenta os ODS 8; 9; e 12; a Semapa apresenta os ODS 8; 12; e 13. Existe uma empresa que apresenta apenas 4 ODS em comum aos 4 anos, sendo ela a EDP. A Altri e a Navigator apresentam ambas 5 ODS, diferenciando entre elas apenas 1 deles, pois, a primeira apresenta o ODS 7 enquanto a segunda apresenta o ODS 9. A Galp apresenta 6 ODS como prioritários. A CTT e a EDP apresentam como prioritários 7 ODS, enquanto o BCP, a REN, e a GreenVolt apresentam 8 ODS. Sendo que esta última apenas menciona ODS prioritários no ano de 2021, coincidindo com o ano da sua “criação”. A Corticeira Amorim menciona 10 ODS enquanto a NOS menciona 11 ODS e a Sonae apresenta catorze. Por fim, a que menciona mais ODS, aliás menciona todos nos seus relatórios é a Jerónimo Martins.

Se a análise basear – se em quais os ODS mais mencionados em comum pelas empresas, baseando em estudos da KPMG, e dividir-mos os em três níveis: Mais prioritário (acima de 50% das empresas); Moderadamente prioritário (entre os 31% e os 49%); e por fim Menos prioritário (abaixo dos 31%); podemos referir os seguintes resultados, que os ODS 1 (20%), 2 (13%), 3 (27%), 6 (13%), 10 (20%), 14 (13%), 16 (27%) são menos prioritários para as empresas pois todos eles são mencionados menos de 31% das empresas estudadas. Os mais prioritários são o 5 (53%), 7 (73%), 8 (100%), 9 (53%), 11 (53%), 12 (73%), 13 (93%), 15 (53%), pois todos estes são mencionados por mais de metade das empresas. No nível médio, encontram – se o ODS 4 (47%) e o 17 (40%), estando no intervalo de 31% a 49%.

Tabela 3. Número de vezes que cada ODS é mencionado

ODS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Nº de vezes mencionados como prioritários	15	10	26	35	37	13	48	57	38	15	31	48	56	12	33	17	30

Fonte: Elaboração própria

De referir que todos os ODS são referidos pelo menos uma vez, e que em média são mencionados por 28 vezes durante os quatro anos em que se insere o intervalo de tempo estudado. Os ODS mais mencionados como prioritários são o 8-Trabalho digno e Crescimento económico (57); 13-

Ação Climática (56); 7-Energias renováveis e Acessíveis (48); o 12-Produção e consumo sustentáveis (48). Enquanto os menos referidos são os ODS 2-Eradicar a fome (10); o ODS 14-Proteger a Vida Marinha (12); o ODS 6-Água Potável e Saneamento (13); e o 1-Eradicar a Pobreza e o 10-Reduzir desigualdades, ambos 15. Estes dados possibilitam referir que as empresas estão, na globalidade, a priorizar mais ODS relacionados com o ambiente e com o desenvolvimento económico, dois assuntos cada vez mais relevantes nos últimos tempos, especialmente devido às maiores necessidades de proteger a ambiente, deixando para trás alguns interesses do público, podendo dever-se aos reduzidos problemas de fome, pobreza e de saneamento na sociedade portuguesa.

Tabela 4. ODS prioritário por setor de atividade

Setor	ODS + Mencionados em comum
Produtos Industriais	7; 8; 12; 13; 15
Bancos	1; 4; 5; 7; 8; 10; 13; 15
Bens de consumo	4; 5; 6; 7; 8; 9; 11; 12; 13; 15
Transporte Industrial	3; 4; 7; 8; 11; 12; 13
Eletricidade	7; 8; 12; 13; 15
Produção de petróleo e gás	7; 8; 9; 12; 13; 17
Retalho	1; 2; 3; 4; 5; 7; 8; 9; 10; 12; 13; 14; 16; 17
Construção e materiais	1; 3; 4; 8; 9; 12
Telecomunicações	3; 4; 5; 7; 8; 9; 11; 12; 13; 16; 17
Silvicultura e papel	8; 12; 13

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 4 podemos ver que apenas um ODS também é comum a cada setor, o ODS 8. Ao estudar a menção dos ODS e o setor de atividade retira-se que, aqueles que mais mencionam são os setores do Retalho, as Telecomunicações, e Bens de Consumo; enquanto aqueles que priorizam menos ODS são a Silvicultura e Papel, os Produtos Industriais e a Eletricidade.

Podemos também através da análise da tabela 4 referir que os variados setores focam-se também maioritariamente em ODS relacionados com o ambiente e o desenvolvimento económico e tecnológico da sociedade, apesar que existem setores como o Retalho, Telecomunicações e Bens de Consumo que são aqueles que dão maior ênfase a ODS relacionados com o público, devendo-se isto à função que as mesmas exercem na sociedade, uma função que “trabalha” de forma algo direta com as pessoas, e por isso demonstra interesse em responder às necessidades das mesmas.

Destes resultados podemos também retirar que os ODS mais mencionados estão associados a áreas como a Prosperidade (7; 8) e Planeta (12; 13); enquanto os ODS menos mencionados estão associados às Pessoas (1; 2; 6); o que se pode concluir que as empresas dão mais ênfase a áreas da Prosperidade e do Planeta, o que vai de acordo à necessidade da evolução da economia como da tecnologia, enquanto a área menos enfática é a das Pessoas o que poderá dever-se a uma menor necessidade de “resolução” dos problemas associados a esses temas na sociedade portuguesa.

Em termos de setores, a área das Pessoas é enfatizada pelos Bancos, Retalho, Telecomunicações e Bens de Consumos; a área da Prosperidade é prioritária para setores como os Bancos, Telecomunicações, Eletricidade, Produção de Petróleo e gás e Construção e materiais; a área do Planeta aparece como uma área prioritária a Produção Industrial, Bens de consumo, Produção de Petróleo e gás, e a área da Silvicultura e Papel. Nota-se que as áreas prioritárias alteram-se conforme a área da atividade de cada setor, pois aqueles que “funcionam” com grande exposição ao público dão ênfase às Pessoas, enquanto outras dão mais ênfase à área do Planeta, por exemplo.

Nos anos em estudo, os ODS mencionados sofreram alterações de vários tipos, sendo que a grande maioria deles viram a sua menção diminuir, destacando os ODS 3 e 4; enquanto os ODS 5, 8 e 13 viram as suas menções aumentar ao longo dos quatro anos em estudo. Em relação a setores, refira-se que algumas empresas de setores como Eletricidade, Silvicultura e Papel e Produção industrial reduziram o número de ODS mencionados como prioritários, sendo que as empresas que mais reduziram os seus ODS foram a Altri, Mota Engil e Navigator; ao contrário do setor dos Bancos que aumentou os ODS mencionados.

Se dividirmos em dois o espaço de tempo: Pré-covid (2018 – 2019) e Pós-Covid (2020 – 2021), nota-se uma redução no número total de vezes que os ODS são mencionados, passando de 278 para 269. De notar que aqueles que registaram mais destaque foram os ODS 5; 8; 11; e 13, pelo contrário aqueles que registaram menos destaque foram os 3; 4; 14.

Esta redução de ODS, no global, durante a pandemia do Covid, pode dever – se a uma maior focalização da empresas a certas áreas, e a determinados objetivos, seja em resposta a necessidades da sociedade, especialmente em relação a desigualdades, as quais a pandemia agravou, o que pode explicar o maior destaque dado ao 5, como também a contrariar a grave crise económica que a mesma criou que conduz a explicar o aumento de vezes que é mencionado o ODS 8, e também podendo dever – se a uma redução de custos e assim tentar tornar a empresas mais eficientes, focando em determinados ODS, como por exemplo o 11. Remetendo a maior intervenção necessária a dar em relação à Saúde (3) e à Educação (4) para o Estado.

Se analisarmos a proximidade entre os P’s Prioritários das Empresas e de Portugal, notamos que que Portugal dá ênfase a três deles (Pessoas, Prosperidade, Planeta), o mesmo acontecendo com as empresas, apesar que o destaque dado à área das “Pessoas”, deve-se às empresas que pela sua

atividade ser mais próxima do público, aproxima as mesmas dos interesses do Estado. De notar também que nem o Estado nem as empresas dão um grande destaque à Paz e as Parcerias.

Se observarmos também, se ao longo dos quatro anos em estudo as empresas têm vindo a aproximar-se ou não do Estado, notamos que em relação aos prioritários para Portugal, vemos uma diminuição do destaque dado ao ODS 3 e um aumento em relação aos ODS 5 e 13, por parte das empresas, o que relativamente aproxima as empresas do Estado mas não de uma forma total, o que pode dever a reposta também necessária a ser dada pelas empresas em relação aos problemas das desigualdades, agravados pela Pandemia Covid 19, mas também pelos crescentes problemas ambientais.

Para responder à terceira questão de investigação foram retirados dos relatórios analisados, um indicador por cada ODS apresentado como prioritário pelas empresas, que fosse comum aos anos em estudo, de notar que em inúmeros casos as empresas não apresentaram de forma clara indicadores. De seguida os mesmos foram associados a indicadores registados pela ONU e comparados os mesmos aos indicadores de ONU seguidos pelo Estado Português. Toda essa análise está apresentada nos anexos, estando os resultados na tabela 5.

Tabela 5. Indicadores ONU em comum entre empresas e Portugal

ODS	Indicador ONU
1	1.3.1 Proporção da população abrangida por pisos/sistemas de proteção social, por sexo, distinguindo crianças, desempregados, idosos, pessoas com deficiência, grávidas, recém-nascidos, vítimas de acidentes de trabalho e pobres e vulneráveis (1 vez)
2	2.1.1 Prevalência de desnutrição (1 vez) 2.4.1 Proporção da área agrícola sob agricultura produtiva e sustentável (1 vez)
3	3.4.1 Taxa de mortalidade atribuída a doenças cardiovasculares, câncer, diabetes ou doença respiratória crônica (1 vez)
4	4.3.1 Taxa de participação de jovens e adultos na educação e formação formal e não formal nos últimos 12 meses, por sexo (4 vezes)
5	5.5.2 Proporção de mulheres em cargos gerenciais (7 vezes)
6	
7	7.2.1 Participação de energia renovável no consumo total de energia final (10 vezes)
8	8.8.1 Lesões ocupacionais fatais e não fatais por 100.000 trabalhadores, por sexo e status de migrante (8 vezes)
9	9.5.1 Despesas de pesquisa e desenvolvimento como proporção do PIB (2 vezes) 9.b.1 Proporção do valor agregado da indústria de média e alta tecnologia no valor agregado total (4 vezes)
10	10.4.2 Impacto redistributivo da política fiscal (1 vez)
11	11.6.1 Proporção de resíduos sólidos urbanos coletados e gerenciados em instalações controladas do total de resíduos municipais gerados, por cidades (1 vez)
12	12.2.1 Pegada de material, pegada de material per capita e pegada de material por PIB (3 vezes) 12.2.2 Consumo de material doméstico, consumo de material doméstico per capita e consumo de material doméstico por PIB (1 vez) 12.4.2 (a) Resíduos perigosos gerados per capita; e (b) proporção de resíduos perigosos tratados, por tipo de tratamento (5 vezes) 12.5.1 Taxa nacional de reciclagem, toneladas de material reciclado (2 vezes)
13	13.2.2 Emissões totais de gases de efeito estufa por ano (14 vezes)
14	14.4.1 Proporção de estoques de peixes dentro de níveis biologicamente sustentáveis (1 vez)

15	
16	
17	

Fonte: Elaboração própria

Nesta análise, podemos referir que, do ponto vista que é realizado este trabalho, existem 32 indicadores ONU que podem ser associados aos indicadores mais específicos das empresas, dos quais dezoito são possíveis de associar de forma comum tanto às empresas como ao Estado.

As empresas que mais indicadores ONU, que se consegue associar a cada indicador escolhidos pelas mesmas, são a Corticeira Amorim e a Sonae, ambas com 8 indicadores, e aquelas que apresentam menos são a REN, com dois indicadores associados, sendo de seguida a EDP, a Galp, a Mota Engil e a Semapa, todas com 3 indicadores cada.

Em relação a indicadores em comum com o Estado, a empresa em que se consegue associar mais indicadores é a Sonae, com 10 indicadores, muito devido a ter um número relativamente elevado de ODS prioritários em comum aos quatro anos em estudo, já a Semapa e a Ren, ambas com dois indicadores em comum, são as empresas com menos indicadores, devido a apresentarem menos ODS em comum aos quatro anos de estudo. Sendo que o ODS que regista mais indicadores em comum é o “12-Produção e consumo sustentáveis” com 4 indicadores, sendo que a grande maioria dos outros ODS apresenta apenas um indicador, enquanto os “6-Água Potável e Saneamento”, e os 3 últimos ODS não apresentam nenhum indicador em comum.

Em relação ao Estado, o ODS com mais indicadores ONU associado é o “9-Indústria, inovação e infraestruturas”, com 7 indicadores; sendo seguido pelo 1-Eradicar a pobreza; o “4-Educação de Qualidade”; o “8-Crescimento Económico e Trabalho Digno”; o “10-Redução de Desigualdades”; e por fim o “12-Produção e consumo sustentáveis”, todos estes com 4 indicadores. Aqueles que o Estado associa menos indicadores são o “13-Ação Climática”, e o “15-Proteger a vida terrestre”; e o “16-Paz, Justiça e instituições eficazes”, todos com apenas 1 indicador, podendo isto dever-se a uma menor importância dada a esses ODS por parte do Estado, ou então um trabalho mais direto e específico, como se pode deduzir em relação ao ODS 13, com a redução da emissão dos gases com efeito de estufa.

O indicador que aparece mais vezes é o “13.2.2. Emissões totais de gases de efeito estufa por ano”, cerca de 14 vezes, que corresponde ao ODS “13-Ação Climática”, o que mostra ser comum a grande maioria das empresas, apenas não associado no caso da Mota Engil, isto devendo-se muito provavelmente a que o 13 não seja um ODS prioritário comum aos anos de estudo, no caso desta empresa.

De seguida os indicadores mais associados são 7.2.1, associado dez vezes, este indicador aparece devendo-se a importância cada vez mais vital da utilização de fontes renováveis de energia; o

indicador 8.8.1, cerca de 8 vezes, o seu numero relativamente maior de vezes deve-se à importância de preservar a saúde e segurança dos colaboradores e a que o ODS “8-Crescimento Economico e Trabalho Digno” seja o único em comum entre empresas; e o indicador 5.5.2, cerca de 7 vezes, um indicador vital na sociedade atual em que os direitos das mulheres têm cada vez ganho força.

Os indicadores em comum que aparecem menos vezes são associados aos ODS 1, 2, 3, 10, 11, 12 e 14. De notar que três dos ODS com menos indicadores em comum (10; 13; 14) são considerados prioritários para o Estado Português, apesar que o indicador associado ao ODS 13 é comum à grande maioria das empresas e ao Estado.

Podemos também referir que o ODS com mais indicadores apresentados pelas empresas, mas não comuns ao Estado, são o 15, com 3 indicadores; e o 8 com 2 indicadores.

De notar também, que o setor com mais indicadores associados é o Retalho, com 14 indicadores, sendo que 13 destes são comuns ao Estado, o que coloca este setor na posição de setor com mais indicadores em comum com os indicadores escolhidos pelo Estado português, sendo seguido pelo setor dos Bens de consumo, que apresenta 10 indicadores, sendo que 8 são em comum com o Estado, e em terceiro, o setor da Eletricidade com 9 indicadores, sendo que 6 deles são comuns ao Estado, isto vai de acordo com o referido anteriormente, pois estes mesmos setores são aqueles que apresentam mais ODS em comuns com Estado, devendo-se isto à possível proximidades de interesses dos dois lados.

Os setores com menos indicadores em comum são a Produção Industrial, a Construção, as Telecomunicações e a Silvicultura e Papel, devido a uma maior diferença de interesses, e isto associado ao âmbito de ação destes setores.

5. Conclusão

5.1. Discussão e Conclusões

Em 2015, a ONU com o lançamento da Agenda 2030, e, por conseguinte, com a mudança dos ODM para os ODS, mostrou a importância da sustentabilidade para a comunidade internacional, necessitando da cooperação dos vários agentes integrantes da sociedade, como defendido por Woodbridge & Zimmermann (2015). As empresas têm visto a sua responsabilidade social aumentar cada vez mais nos últimos anos, seja devido às necessidades sociais seja devido a graves necessidades ambientais (Sheehy & Camilleri, 2021). Nesse sentido, as mesmas têm procurado um caminho para a sua sustentabilidade empresarial, baseando-se em critérios de eficiência e eficácia, como também defendido por Sheehy & Camilleri (2021). Esta necessidade de procurar a sustentabilidade tem – se tornado um fator fundamental para as empresas e para o alcançar dos seus objetivos. Com base nestes pontos de partida, este trabalho pretendeu entender como as empresas, neste caso específico as empresas cotadas, e o Estado Português têm trabalhado para alcançar os objetivos da Agenda 2030, quais os seus ODS prioritários, se estes mesmos são comuns, e quais os fatores influenciam ou não a prioridade dada a um ou outro ODS. Este trabalho final de mestrado baseou – se numa metodologia qualitativa, através da análise de relatórios das quinze empresas constituintes do Índice PSI, e a análise de inúmeros indicadores utilizados pelas empresas, comparando os aos indicadores escolhidos pela ONU para monitorizar o cumprimento da Agenda 2030. Para responder a principal questão deste trabalho foram também analisados relatórios do INE para entender como o Estado tem vindo a priorizar o ODS e como se relacionam com os prioritários das empresas. Da amostra escolhida, podemos concluir que a grande maioria delas apresenta Relatórios de Sustentabilidade, existindo casos como EDP, GALP, NOS e CTT que apresentam Relatórios Integrados.

Ao compararmos este estudo a outros realizados no mesmo sentido, estudos referidos anteriormente, concluímos que existe um aumento do número de empresas que apresentam relatórios de sustentabilidade, e também relatórios integrados, como podemos observar no “Estudo da KPMG sobre a Publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal”, de 2006 (notar que neste estudo a amostra é maior do que a utilizado nesta dissertação), o mesmo se pode comprovar num estudo mais recente da KPMG “The Time has come: The KPMG Survey of Sustainability Reporting 2020”, notando que mais uma vez a amostra aqui ainda é maior que no estudo referido anteriormente, pois são observadas variadas empresas do Mundo. Nestes dois estudos nota-se também um aumento das empresas que indicam os ODS prioritários e que lhes dão maior relevância, especialmente a ODS associados ao “Planeta”, este ponto vai de acordo com a revisão de literatura no sentido em que existe e deve existir um esforço maior por parte do setor empresarial para resolver os problemas ambientais como alguns autores defendem (Amaro, 2003; Christofi, 2012; Sachs, 2015;). Ao compararmos os ODS mais e menos prioritários,

concluimos que existe uma semelhança aos resultados do estudo executado neste trabalho, pois os ODS mais prioritários, por exemplo no segundo estudo referido, também são os ODS 7, 8, 12, e 13; sendo os menos priorizados os ODS 1, 2, 14, 15, 16; algo que se assemelha aos resultados da dissertação, especialmente no caso dos ODS 1 e 2. Também no caso dos indicadores existe uma semelhança pois também nestes estudos, indicadores como a “ % de gases com efeito de estufa” e “ % de mulheres em cargos de chefia” são dos mais referidos algo que também acontece no estudo levado a cabo nesta dissertação, algo que vai totalmente de acordo tanto com o Programa do Governo XXIII de Portugal, como de autores como Velte (2020), que defende a influência de independência e de diversidade de géneros nos órgãos sociais das empresas.

De seguida passo a responder às questões de investigação:

Quais são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável priorizados pelas empresas analisadas?

Neste ponto, podemos concluir que as empresas analisadas dão como prioritário em comum, tanto a todas elas como aos anos em estudo, o ODS “8-Trabalho digno e Crescimento Economico”, um objetivo associado a área da Prosperidade, o que permite concluir que as empresas tencionam melhorar as condições de trabalho dos colaboradores como também promover a economia da sociedade, caminhando no mesmo sentido que autores como Slimane (2012) que defendem a importância da melhorias das condições económicas, de produtividade e de condições de trabalho para uma sociedade mais desenvolvida. Conclui-se também que a empresa que mais ODS prioriza é a Jerónimo Martins, aliás menciona todos os ODS, o que pode significar ou uma visão global e integrada dos mesmos, ou então uma não focalização no cumprimento de um número mais reduzido dos mesmos, e assim uma visão mais específica de sustentabilidade. De outro lado, temos a Mota Engil e a Semapa, que priorizam 3 ODS, sendo que em comum têm o “8-Trabalho digno e Crescimento Economico” e o “12-Produção e consumo sustentáveis”, diferenciando apenas em um ODS, pois a primeira prioriza também o 9 e a segunda prioriza o 13, respetivamente. Daqui podemos retirar que estas duas empresas dão prioridade clara à Prosperidade da sociedade e no Planeta, de salientar também que a Mota Engil vem reduzindo aqueles ODS que menciona e que tem se focado naqueles já referidos. Pode-se retirar também que os ODS mais mencionados como prioritários são o 7, o 8, o 12 e o 13; enquanto os menos priorizados são o 1, o 2, o 4, e o 6; o que pode conduzir a concluir que as empresas estão a focar-se mais em objetivos virados para a Prosperidade e para os assuntos do ambiente, estando estes resultados de acordo com a revisão de literatura, no sentido em que as muitas empresas dedicam-se simplesmente em colaborar no sentido de resolver os problemas ambientais (Sachs, 2015; Christofi, 2012;), ou em contribuir para o desenvolvimento tecnológico da sociedade como defende Dantas *et al* (2020), não dando tanta importância a objetivos virados para as Pessoas,

como as desigualdades, como a fome e pobreza, o que pode se dever a níveis baixos de fome e pobreza na sociedade portuguesa, em que se inserem as empresas, e então uma menor necessidade de abraçar esses mesmos ODS. Da análise realizada podemos referir que as empresas que mencionam mais ODS pertencem aos setores do Retalho, das Telecomunicações e dos Bens de Consumo, podendo dever se a uma ligação maior ao público e necessidade de responder às carências do mesmo, e também o interesse reputacional, estando este ponto totalmente de acordo com a ideia de que empresas próximas dos clientes não só são mais sensíveis às pressões de mercado como mais atentos à influência do público e dos clientes, como defendem vários autores (Pizzi *et al*, 2020; Zhu *et al*, 2016; Kardos, 2012;), enquanto o setor que menciona menos é a Silvicultura e Papel, que prioriza ODS como o 12 e o 13, o que indica uma ligação maior a objetivos relacionados com o Planeta, muito devido a uma menor necessidade de responder às questões dos indivíduos como também a uma maior ligação a assuntos do meio ambiente derivado da finalidade da mesma.

Existe semelhança entre os ODS do Estado com os ODS das empresas cotadas?

Neste trabalho final de mestrado, também foram analisados relatórios do governo e do INE, dos quais se pode retirar que o Estado português declarou como prioritários os ODS 4, o 5, o 9, o 10, o 13 e o 14, ou seja, objetivos associados a três áreas: Pessoas, Prosperidade e Planeta. Esta associação pode se entender devido a importância que estes temas têm para o Estado, a função de responder às necessidades dos indivíduos como a educação, no sentido de melhorar os níveis dos formados na sociedade e as capacidades dos futuros trabalhadores: e a crescente importância da redução das desigualdades como de género seja nas faixas etárias e culturais. Também a necessidade de melhorar os níveis de funcionamento da indústria, melhores tecnologias, e melhores condições de desenvolvimento da economia. Por fim, conclui-se também a maior importância do ambiente nos objetivos públicos, pois existe uma ligação a objetivos ligados ao clima, cada vez mais fundamentais, devido aos atuais problemas ambientais como aquecimento global; e objetivos ligados ao mar, uma área que influencia em muito a sociedade portuguesa devido a grande área económica exclusiva de Portugal e a importância das pescas na economia portuguesa, e às consecutivas secas que o país tem sofrido, estando estas ideias prioritárias do Estado de acordo com autores como Caldeira *et al* (2021), que defende o Estado ser o principal promotor de iniciativas para a resolução dos problemas da sociedade como desigualdades, pobreza, e ambiente, e também indo estes ideais totalmente em sintonia com o Programa do Governo Português e com o Planeamento Estratégico realizado pelo Ministério do Planeamento a altura.

De notar que dos ODS mais priorizados pelas empresas apenas o 13 é aquele também considerado prioritário para o Estado, e por contrário, dois ODS dos menos mencionados pelas empresas, o 4

e o 10, são considerados como prioritários para o Estado; isto pode dever-se a uma grande necessidade de responder aos problemas ambientais, e a necessidade de existir cooperação entre o público e o privado nesta área; e a uma menor necessidade de responder a problemas de educação e desigualdades por parte das empresas ou mesmo menos interesse para elas. A nível de setores, aqueles que se aproximam mais dos ODS prioritários para o Estado, são os Bancos, o Retalho, Bens de Consumo e Telecomunicações, o que deve-se a uma maior ligação às pessoas e na sua atividade diária promover a resolução dos problemas da população, que como o autor Rico (2004) defende, é também a função principal do Estado, o que explica a proximidade do Estado e estes setores; sendo que aqueles que aparecem como elo em comum são os 4; 5; 9 e o 13. Enquanto aqueles que menos têm em comum com o Estado são os setores da Produção Industrial, da Eletricidade e a Silvicultura e Papel, pois apenas um dos ODS é comum tanto ao Estado como para as empresas destes setores, sendo ele o 13, o que reforça a importância dada aos problemas ambientais vividos atualmente.

Existe igualmente semelhança entre os indicadores dos ODS do Estado com os ODS das empresas cotadas?

Para responder a esta questão foram analisados os relatórios de empresas e os do INE, no sentido de retirar os indicadores que tanto o setor empresarial como o Estado seguem. Para facilitar a análise foram associados os indicadores empresariais aos indicadores da ONU. Concluiu-se que existem ao todo dezoito indicadores em comum. Pode também se referir que existe um indicador que é comum à grande maioria das empresas, sendo ele o “13.2.2. Emissões totais de gases de efeito estufa por ano, que corresponde ao ODS “13-Ação Climática”, que é de notar aquele que tanto as empresas como o Estado assinalam em comum como prioritário, o que vai totalmente de acordo com o Programa do Governo XXIII na aposta na redução de emissões de Gases com efeito de estufa ser um dos principais instrumentos para tentar resolver os problemas ambientais; e aquele ODS que assinala mais indicadores é o “12-Produção e consumo sustentáveis”, o que conduz a refletir que a grande maioria das empresas estão sensibilizadas para os assuntos do Planeta, como autores como Sachs (2015) defendem, no sentido do setor empresarial ser decisivo para tornar a indústria portuguesa mais sustentável e menos poluidora. Também de notar o destaque dado ao indicador “5.5.2 Proporção de mulheres em cargos gerenciais”, tanto pelo Estado como pelas empresas, devendo-se isto à força que o combate às desigualdades entre géneros tem vindo a obter na sociedade atual, de acordo com a ideia de que uma maior diversidade de género nos conselhos diretivos podem contribuir para o desenvolvimento do mesmo e para uma melhor organização (Velte, 2020), e também de acordo com o programa de governo português que identifica as igualdades de género com essenciais para o cumprimento dos objetivos no âmbito da Agenda 2030 para Portugal.

Podemos concluir no global, que tanto o setor empresarial como o Estado estão ainda separados na visão para o que é fundamental para a futura sustentabilidade, estando apenas próximos nos assuntos ligados ao Planeta, tentando nesse caso cooperar para responder às crescentes necessidades de contribuir para uma maior sustentabilidade ambiental. Concluindo também que as empresas, como defendem os autores Allen *et al* (2018), o setor empresarial ainda não está totalmente ciente da maneira que deve não só implementar os ODS e estes conceitos na sua organização e na cadeia de valor.

5.2. Limitações do estudo

O trabalho final de mestrado, que apresento, analisou um determinado número de empresas, consideradas as mais importantes a nível nacional, o que pode enviesar as respostas alcançadas, pois limita-se um universo pequeno.

Pode-se referir também que inúmeras empresas ainda não são claras na exposição das suas prioridades em relação à Sustentabilidade, o que dificulta uma procura mais eficaz especialmente de indicadores. Notar também o caso da GreenVolt, que ao apenas apresentar um ano de relatórios pode influenciar de alguma maneira as conclusões retiradas.

5.3. Pesquisas Futuras

Num futuro próximo, sugere-se inclusão de mais empresas na amostra, alargando o estudo, não só às empresas cotadas, mas também a outras, de forma a observar se o comportamento das mesmas é influenciado de forma diferente. Este mesmo estudo pode ser também realizado com base nas empresas de outro país, no sentido de comparar não só as empresas de diferentes países, mas também os diferentes países. Pode também ser alvo de estudo a influencia dos mais variados fatores, sejam eles sociais, económicos, políticos no desempenho das empresas em relação aos ODS, como por exemplo o estudo da influência de crises sejam elas económicas ou sanitárias como a crise pandémica COVID 19. No sentido de estudar o interesse das empresas nos ODS, recomenda-se também o estudo dos vários fatores institucionais, culturais, e educativos que influenciam o comportamento das empresas como por exemplo a legislação, a dimensão das empresas ou até a dimensão dos países seja económica ou politicamente.

Referências Bibliográficas

- Ábido, K., Mazzioni, S., & Vargas, L. (2020). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Estrutura de Governança Corporativa. XIV Congresso ANPCONT.
- Allen, C., Metternicht, G., & Wiedmann, T. (2018). Initial progress in implementing the Sustainable Development Goals (SDGs): a review of evidence from countries. *Sustainability Science*. Vol.13.
- Amaro, R. (2003). Desenvolvimento- um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Caderno de Estudos Africanos*. N°4: Desenvolvimento e Saúde em África. N°4, pp:35-70.
- Ameli, M., Esfandabadi, Z., Sadeghi, S., Ranjbari, M., & Zanetti, M. (2021). COVID-19 and Sustainable Development Goals (SDGs): Scenario analysis through fuzzy cognitive map modeling. Vol. 114, pp:138-155.
- Azam, Z., Warraich, M., & Awan, H. (2011). One report: bringing change in corporate reporting through integration of financial and non-financial performance disclosure. *International Journal of Accounting and Financial Reporting*. Vol. 1(1).
- Bastos, C. (2017). Adoção dos objetivos de desenvolvimento sustentável por grandes empresas portuguesas: enfoque da integração e as lógicas subjacentes. ISCTE-IUL. Dissertação de mestrado.
- Baumgartner, R., & Ebner, D. (2010). Corporate Sustainability Strategies: Sustainability Profiles and Maturity Levels. *Sustainable Development*. 18, pp: 76-89.
- Bebbington, J., & Unerman, J. (2018). Achieving the United Nations sustainable development goals. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 31. N° 1, pp: 2-24.
- Beuron, T., Ávila, L., Brandli, L., Almeida, F., Madruga, L., & Barata, E. (2017). Sustainability Skills: The Case of a Portuguese University. *Handbook of Theory and Practice of Sustainable Development in Higher Education*, pp:109-120. Springer International Publishing.
- Boukattaya, S., Achour, Z., & Hlioui, Z. (2021). Corporate Social Responsibility and Corporate Financial Performance: An Empirical Literature Review. *International Journal of Innovative Research and Publications* 1(3), pp: 1-32.
- Brooks, C., & Oikonomou, I. (2018). The effects of environmental, social and governance disclosures and performance on firm value: A review of the literature in accounting and finance. *The British Accounting Review*. 50 (1). pp: 1-15.

Brundtland, G. (1987). Our common future-Call for action. *Environmental Conservation*. Vol. 14. Issue 4, pp. 291-294.

Cabaço, L., Brás, H., & Motta, G. (2017). Relatório Nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável Portugal. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lisboa.

Cai, Y., & Choi, T. (2020). A United Nations´Sustainable Development Goals perspective for sustainable textile and apparel supply chain management. Business Division, Institute of Textiles and Clothing, Faculty of Applied Science and Textiles, The Hong Kong Polytechnic University, Hung Hom, Kowloon, Hong Kong. *Transportation Research Part E: Logistics and Transportation Review*, Elsevier, vol. 141(C).

Caiado, R., Filho, W., Quelhas, O., Nascimento, D., & Ávila, L. (2018). A literature-based review on potentials and constraints in the implementation of the sustainable development goals. *Journal of Cleaner Production*, Vol. 198, Issue 5, pp: 1276-1288.

Caldeira, P., Dias, R., Vidal, D., & Seixas, P. (2021). Vistos de Dentro: Os ODS a partir de um estudo de caso de um departamento financeiro da Administração Pública. *Revista Científica Monfragüe Resiliente*. Vol. 14.

Cellier, A., & Cholleta, P. (2011). The Impact of Corporate Social Responsibility Rating Announcement on Stock Prices: An Event Study on European Markets. *International Conference of the French Finance Association*.

Ceulemans, K., Molderez, I. & Van, L. (2015). Sustainability reporting in higher education: a comprehensive review of the recent literature and paths for further research, *Journal of Cleaner Production*, 106, pp: 127-143.

Christofi, A., Christofi, P., & Sisaye, S. (2012). Corporate sustainability: historical development and reporting practices. *Management Research Review*, 35(2), pp: 157-172.

Costa, M. (2018). Como avaliar o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? Desafios e possibilidades para a agenda global de avaliação. Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional. *Revista brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*. Vol. 3. Nº 1, pp: 100-123.

Costa e Silva, M., Correia, I., Silva, L., Rodrigues, W., & Bazzoli, J. (2021). Revisão Bibliométrica: O papel da inteligência artificial na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em tempo de Covid – 19. *Revista Baru – Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*. Vol.8

- Dantas, T., de – Souza, E., Destro, I., Hammes, G., Rodriguez, C., Soares, S. (2021) How the combination of Circular Economy and Industry 4.0 can contribute towards achieving the Sustainable Development Goals. *Sustainable Production and Consumption*. 26(4), pp: 213-227.
- Delmas, M., & Burbano, V. (2011). The Drivers of Greenwashing. *California Management Review*. 54(1), pp: 64-87.
- Dias, A. (2009). O Relato da Sustentabilidade Empresarial: Evidência Empírica nas Empresas Cotadas em Portugal. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Doyle, M. (2016). Lessons from the MDG's for implementig SDG's. *International Dialogue on Imigration*.
- Du Pisani, A. (2006). Sustainable development–historical roots of the concept. *Environmental Sciences*, 3:2, pp: 83-96.
- Euronext (2018). PSI Index Composition. Disponível em: <https://live.euronext.com/pt/product/indices/PTING0200002-XLIS>. Acesso em: [09/04/2022].
- Eweje, G. (Ed.). (2014). Corporate social responsibility and sustainability: emerging trends in developing economies. Emerald Group Publishing. Vol. 8
- Fakuda-Parr, S. (2016), “From Millennium Development Goals to the Sustainable DEvelopment Goals: shifts in purpose, concept and politics of global goal setting for development”, *Gender & Development*, Vol. 24, pp: 43-52.
- Fernandes, D. (2017) Sustentabilidade: Métodos de Avaliação e Modelação de Informação das Cidades, Dissertação de Mestrado não publicada. Instituto Superior de Engenharia do Porto.
- Fonseca, L., Domingues, J., Dima, A. (2020). Mapping the Sustainable Development Goals Relationships. *Sustainability* 2020, 12, 3359.
- Friend, G. (2009). O Segredo das Empresas Sustentáveis-A Vantagem das Estratégias "Verdes". Vila Nova de Famalicão: Centro Atlântico.
- Fulzele, R., Fulzele, V., Fulzele, V., Dharwal, M. (2021). Mapping the impact of COVID-19 crisis on the progress of sustainable Development Goals (SDGs)-a focus on global environment and energy efficiencies. Vol. 60. Parte 2, pp: 873-879.
- García-Sánchez,. & Sánchez, A. (2020). Corporate Social Responsibility during COVID-19 Pandemic. *Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity*. Vol. 6. Nº 4, pp: 1-21.

Giannetti, F., Agostinho, F., Eras, J., Yang, Z., & Almeida, C. (2020). Cleaner production for achieving the sustainable development goals. *Journal of Cleaner Production*, 271, pp: 122-127.

Gonçalvez, J., Reis, R., Cerol, J., Correia, T. (2020). A CAF e os ODS na Administração Local enquanto instrumentos de medição. XXV Congresso Internacional CLAD. Rede CESOP-Local

Hollerer, M. (2022). Chapter Title: Corporate social responsibility (CSR) Book Title: Between Creed, Rhetoric Façade, and Disregard Book Subtitle: Dissemination and Theorization of Corporate Social Responsibility. Bern. Peter Lang International Academic Publishers

Governo XXIII Portugal. (2022). Programa do XXIII Governo Constitucional. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/gc23/programa-do-governo-xviii/programa-do-governo-xviii-pdf.aspx?v=%C2%ABmlkvi%C2%BB=54f1146c-05ee-4f3a-be5c-b10f524d8cec>

Hubbard, G. (2009). Measuring organizational performance: beyond the triple bottom line. *Business Strategy and the Environment*, 18(3), pp: 177-191.

INE. (2018). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Agenda 2030–Indicadores para Portugal. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável I Agenda 2030 – Indicadores para Portugal. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_bo ui=332274994&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt. Acesso em: [20/05/2022].

INE. (2022). Objetivos de desenvolvimento sustentável-Agenda 2030. Indicadores para Portugal 2015/2021. Disponível em: https://www.ine.pt/ine_novidades/Indicadores-ODS-para-Portugal,-2015-2021/22/index.html. Acesso em: [1/9/2022]

Kardos, M. (2012). The reflection of good governance in sustainable development strategies. 8th International Strategic Management Conference. *Social and Behavioral Sciences*. 58, pp: 1166-1173

Kocmanova, A., & Hrebicek, J. (2014). *Corporate Governance and Sustainability*. Vol.16

Koehler, G. (2016). Tapping the Sustainable Development Goals for progressive gender equity and equality policy? *Gender and Development*, 24(1), pp: 53-68.

KMPG. (2007). “Estudo da KPMG sobre a Publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal”. Resultados do Inquérito às maiores empresas em Portugal 2006. Publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal. Global Sustainability Services. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/215555776/Relatorios-Sustentabilidade-Portugal-KPMG-2006>. Acesso em: [10/04/2022].

KPMG. (2020). The time has come: The KPMG Survey of Sustainability Reporting 2020. Disponível em: <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/xx/pdf/2020/11/the-time-has-come.pdf> [Acesso em: 10/04/2022].

Krechovská, M., & Procházková, P. (2014). Sustainability and its Integration into Corporate Governance. Focusing on Corporate Performance Management and Reporting. Vol. 69, pp: 1144-1151.

Le Blanc, D. (2015). Towards integration at last? The sustainable development goals as a network of targets. Vol 23, Issue 3, pp: 176-187.

Marques Dos Santos, P., Antunes, S., & Guedes, A. (2019). Os objetivos do milénio—os resultados de 2015 e prospetiva para 2030. Editora da Universidade de São Luís do Maranhão. Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego. ESTGL-DCSH.

Martins, A., Filho, O., & Filho, T. (2021). Responsabilidade social empresarial: ações em tempo de pandemia. Research, Society and Development, v. 10, n. 9.

McArthur, J. (2013). Own the goals: What the Millennium Development Goals have accomplished. Foreign Affairs. Vol. 92. Nº 2, pp: 152-162.

McGuire, J., Sundgren, A., Schneeweis, T. (1988). Corporate Social Responsibility and Firm Financial Performance. The Academy of Management Journal. Vol. 31. Nº4, pp: 854-872.

Mendes, F. (2004). Responsabilidade social da empresa. Janus Online. Espaço online de Relações Exteriores. Conjuntura internacional e nova Europa. Aspetos da economia mundial. Disponível em: http://www.janusonline.pt/arquivo/2004/2004_1_2_8.html. Acesso em: [30/09/2022].

Ministério do Planeamento. (2020). Documento de Enquadramento Estratégico. Estratégia Portugal 2030. Disponível em : <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=resolucao-do-conselho-de-ministros-que-aprova-a-estrategia-portugal-2030>. Acesso em: [1/09/2022].

MNE. (2017). Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/2017/07/relatorio-nacional-sobre-a-implementacao-da-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: [20/05/2022].

Moallemi, E., Malekpour, S., Hadjidakou, M., Raven, R., Szetey, K., Ningrum, D., Dhiaulhaq, A., Byran, B. (2020). Achieving the Sustainable Development Goals Requires Transdisciplinary Innovation at the Local Scale. One Earth. Vol. 3. Issue 3, pp: 300-313.

- Naidoo, R., & Fisher, B. (2020). Reset Sustainable Development Goals for a pandemic world. Vol. 583, pp: 198-201.
- Netto, S., Sobral, M., Ribeiro, A., & Soares, Gleibson. (2020). Concepts and forms of greenwashing: a systematic review. Environmental Sciences Europe. Vol. 32. Nº 19.
- Nobanee, H. (2019). Sustainability and Corporate Governance: A Mini-Review Article. SSRN Electronic Journal.
- ONU. (2020). “Sustainable Development Report 2020.” The Sustainable Development Goals and Covid 19. Disponível em: <https://www.sdgindex.org/reports/sustainable-development-report-2020/>. Acesso em:[20/05/2022].
- Osorio, L. A. R., Lobato, M. O., & Del Castillo, X. A. (2005). Debates on sustainable development: towards a holistic view of reality. Environmental Development and Sustainability. Vol. 7, pp: 501-518.
- Pascucci, T., Hernández-Sánchez, B., & Sánchez-García, J. (2021). Cooperation and Environmental Responsibility as Positive Factors for Entrepreneurial Resilience. Department of Social Psychology and Anthropology. Salamanca University. Sustainability, 14(1), pp:424.
- Paul, B. (2008). A history of the concept of sustainable development: Literature review. International Encyclopedia of Human Geography. 1º ed. Elsevier
- Pedersen, C. (2018). The UN sustainable development goals (SDGs) are a great gift to business. Head of Corporate Sustainability & Public Affairs. EMEA. 69, pp: 21-24.
- Pimonenko, T., Bilan, Y., Horák, J., Starchenko, L., & Gajda, W. (2020). Green Brand of Companies and Greenwashing under Sustainable Development Goals. Sustainability, 12(4).
- Pizzi, S., Rosati, F., & Venturelli, A. (2020). The determinants of business contribution to the 2030 Agenda: Introducing the SDG Reporting Score. Business Strategy and the Environment. Vol. 30. Issue 1, pp: 404-421.
- Poveda, L. (2022). Corporate social responsibility as a critical factor for success in companies. Brazilian Journals Publicações de Periódicos. Vol. 4. Nº1, pp: 232-244.
- Rico, E. (2004). A Responsabilidade Social Empresarial e o Estado: Uma Aliança para o desenvolvimento sustentável. São Paulo em Perspetiva, 18(4), pp: 73-82.
- Roma, J. (2019). Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. Ciência e Cultura, 71(1), pp: 33-39.

- Rosati, F., & Faria, L. (2019). Addressing the SDGs in sustainability reports: The relationship with institutional factors. *Journal of Cleaner Production*, 215, pp: 1312-1326.
- Sachs, J. (2015). Achieving the Sustainable Development Goals. *Journal of International Business Ethics. Sustainability*, 8(2), pp: 53-62.
- Sanahuja, J. (2014). De los Objetivos del Milenio al desarrollo sostenible: Naciones Unidas y las metas globales post-2015. *Focos de tensión, cambio geopolítico y agenda global. Anuario 2014-15*, pp: 49-83.
- Santos, M., Seabra, F., Jorge, F., & Costa, A. (2014). *Responsabilidade Social: Na Governação, nas Empresas e nas Organizações Não Empresariais. Do Diagnostico à Ação—Introdução*. Edições Almedina, S.A.
- Scheyvens, R., Banks, G., & Hughes, E. (2016). The private sector and the SDGs: The need to move beyond 'business as usual'. *Sustainable Development*, 24(6), pp: 371-382.
- Sheehy, B., & Camilleri, M. (2021). *Corporate Sustainability and Responsibility*. In Idowu, S., Schmidpeter, R., Capaldi, N.; Zu, L., Del Baldo, M. & Abreu, R. (Eds.), *Encyclopedia of Sustainable Management*, Springer, Cham, Switzerland.
- Slimane, M. (2012). Role and relationship between leadership and sustainable development to release social, human, and cultural dimension. *International Conference on Leadership, Technology and Innovation Management. Social and Behavioral Sciences*, 41, pp: 92-99.
- Toppo, C., Donovan, J., Masli, E., & Borgert, T. (2017). Corporate Sustainability Assessments: MNE engagement with sustainable development and the SDGs. *Transnational Corporations*, 24(3), pp: 61-71.
- Torugsa, N., O'Donohue, W., & Hecker, R. (2013). Proactive CSR: An Empirical Analysis of the Role of its Economic, Social and Environmental Dimensions on the Association between Capabilities and Performance. *Journal of Business Ethics*, 115(2), pp: 383-402.
- Tsalis, T., Malamateniou, K., Koulouriotis, D., & Nikolaou, I. (2020). New challenges for corporate sustainability reporting: United Nations' 2030 Agenda for sustainable development and the sustainable development goals. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(4), pp: 1617-1629.
- Ulrich, E. (2016). Entendendo os investimentos com base em fatores ESG. *S&P Dow Jones Indices. Sustentabilidade 101*, pp: 1-13

- Vaggi, G. (2015). Development and the post 2015 challenge: making the sustainable development goals work, Department of Economics and Management, University of Pavia. *Revista Internacional de Cooperación y Desarrollo*, 3(2), pp: 34.
- Vaughan, S. (2015). Inclusivity and Integration: the new Sustainable Development Goals and a second chance for Bretton Woods. International Institut for Sustainable Development, pp:1-5
- Velte, P. (2020). Meta-analyses on Corporate Social Responsibility (CSR): a literature review. *Management Review Quarterly*. International Institute for Sustainable Development, pp:627-675.
- Wachenfeld, M. (2015). State of Play: Business and the Sustainable Development Goals: Mind the Gap-Challenges for Implementation. IHRB State of Play Series: Volume Four, pp:5-7.
- Wang, Q., & Huang, R. (2021). The impact of COVID-19 pandemic on sustainable development goals – A survey. *Environmental Research*. Vol. 202.111637.
- Whelan, T., Atz, U., Holt, T., & Clark, C. (2020). ESG and Financial Performance: Uncovering the Relationship by Aggregating Evidence from 1,000 Plus Studies Published between 2015–2020. NYU. Center for Sustainable Business.
- Woodbridge, M., & Zimmermann, M. (2015). From MDGs to SDGs: what are the sustainable development goals. Bonn: ICLEI-Local Governments for Sustainability. ICLEI BRIEFING SHEET-Urban Issues, N° 1.
- Zhu, Q., Liu, J., & Lai, K. H. (2016). Corporate social responsibility practices and performance improvement among Chinese national state-owned enterprises. *International Journal of Production Economics*, 171, pp: 417-426.

Anexos

Anexo I—Indicadores de Portugal (ODS prioritários)

ODS dados como prioritários	Indicador ONU	Indicador
4	4.1.1 Proporção de crianças e jovens (a) no 2º/3º ano; (b) no final do primário; e (c) no final do secundário inferior, atingindo pelo menos um nível mínimo de proficiência em (i) leitura e (ii) matemática, por sexo 4.1.2 Taxa de conclusão (ensino primário, ensino secundário inferior, ensino secundário superior) 4.3.1 Taxa de participação de jovens e adultos na educação e formação formal e não formal nos últimos 12 meses, por sexo 4.4.1 Proporção de jovens e adultos com habilidades em tecnologia da informação e comunicação (TIC), por tipo de habilidade	Proficiência em leitura
		Proficiência em matemática
		Taxa de escolarização aos 5 anos
		Proporção de indivíduos com idade entre os 18 e 64 anos que participaram em atividades de aprendizagem ao longo do tempo (18-24 anos/ 25 – 64 anos)
		Taxa de transição no ensino secundário
		Taxa de transição no ensino básico
		Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos, com competências digitais ao nível básico ou acima do básico
5	5.5.2 Proporção de mulheres em cargos gerenciais 5.a.1 (a) Proporção da população agrícola total com propriedade ou direitos garantidos sobre terras agrícolas, por sexo; e (b) proporção de mulheres entre os proprietários ou titulares de terras agrícolas, por tipo de posse	Indivíduos eleitos para a assembleia da república, por sexo
		Proporção de mulheres presidentes de municípios
		Proporção de população empregada com cargos de chefia
		Proporção de mulheres dirigentes no setor das administrações públicas
		Proporção de mulheres no total de dirigentes com forma de exploração da SAL por conta própria
9	9.2.1 Valor agregado de manufatura como proporção do PIB e per capita 9.2.2 Emprego industrial como proporção do emprego total 9.3.1 Proporção de indústrias de pequena escala no valor agregado total da indústria 9.3.2 Proporção de indústrias de pequeno porte com empréstimo ou linha de crédito 9.4.1 Emissão de CO2 por unidade de valor agregado 9.5.1 Despesas de pesquisa e desenvolvimento como proporção do PIB 9.b.1 Proporção do valor agregado da indústria de média e alta tecnologia no valor agregado total	Valor acrescentado da indústria transformadora em % do PIB
		Emissão de CO2 por unidade de valor acrescentado
		Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento no PIB
		Proporção do VAB das indústrias de alta e média-alta tecnologia no VAB das indústrias transformadoras
10	10.1.1 Taxas de crescimento das despesas domésticas ou renda per capita entre os 40 por cento mais pobres da população e a população total 10.2.1 Proporção de pessoas que vivem abaixo de 50 por cento da renda média, por sexo, idade e pessoas com deficiência 10.4.1 Participação do trabalho no PIB 10.4.2 Impacto redistributivo da política fiscal	Média do rendimento monetário líquido equivalente
		Proporção da população que vive em agregados com rendimentos monetários líquidos equivalentes inferiores a 50% da mediana
		Proporção da remuneração dos empregados no PIB
13	13.2.2 Emissões totais de gases de efeito estufa por ano	Emissões totais de gases de efeito estufa por ano
14	14.4.1 Proporção de estoques de peixes dentro de níveis biologicamente sustentáveis 14.a.1 Proporção do orçamento total de pesquisa alocado para pesquisa no campo da tecnologia marinha	Proporção de unidades populacionais de gestão pesqueira com avaliação analítica
		Proporção de áreas marinhas protegidas relativamente à área marítima sob jurisdição nacional

		Proporção do investimento em serviços de I&D científico em tecnologia marinha no total de investimento em produtos de propriedade intelectual
--	--	---

Fonte: Elaboração própria

Anexo II–Indicadores de Portugal (Outros ODS)

Outros ODS	Indicadores ONU	Indicadores português
1	1.2.1 Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo e idade 1.2.2 Proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que vivem na pobreza em todas as suas dimensões de acordo com as definições nacionais 1.3.1 Proporção da população abrangida por pisos/sistemas de proteção social, por sexo, distinguindo crianças, desempregados, idosos, pessoas com deficiência, grávidas, recém-nascidos, vítimas de acidentes de trabalho e pobres e vulneráveis 1.a.2 Proporção do gasto total do governo em serviços essenciais (educação, saúde e proteção social)	Taxa de risco de pobreza (Após transferências sociais)
		Proporção de despesas em prestações da proteção social por Funções de proteção social
		Despesas em prestações da proteção social em % do PIB
		Proporção da população desempregada à procura de novo emprego que recebe subsídio de desemprego
2	2.1.1 Prevalência de desnutrição 2.4.1 Proporção da área agrícola sob agricultura produtiva e sustentável	Proporção da população com obesidade (≥ 18 anos)
		Proporção da superfície agrícola em agricultura biológica
3	3.4.1 Taxa de mortalidade atribuída a doenças cardiovasculares, câncer, diabetes ou doença respiratória crônica 3.6.1 Taxa de mortalidade por lesões no trânsito 3.c.1 Densidade e distribuição de profissionais de saúde	Taxa de incidência da tuberculose por 100 000 habitantes
		Taxa de mortalidade (30 a 70 anos) atribuída a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crônicas respiratórias por 100 000 habitantes
		Taxa de mortalidade por acidentes rodoviários por 100 000 habitante
		Taxa de fecundidade na adolescência
		Médicas/os por 1 000 habitantes
		Enfermeiras/os por 1 000 habitantes
6	6.1.1 Proporção da população que usa serviços de água potável gerenciados com segurança 6.6.1 Mudança na extensão dos ecossistemas relacionados à água ao longo do tempo 6.a Até 2030, expandir a cooperação internacional e o apoio à capacitação para países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo coleta de água, dessalinização, eficiência hídrica, tecnologias de tratamento,	Água segura
		Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais
		Proporção da área das massas de água superficiais com classificação “Bom e superior” do estado global
		Taxa de variação da superfície total das águas abertas (Continente)

	reciclagem e reutilização de águas residuais	
7	7.2.1 Participação de energia renovável no consumo total de energia final 7.3.1 Intensidade energética medida em termos de energia primária e PIB	Percentagem de energia renovável no consumo de energia final bruto
		Contribuição dos recursos renováveis na produção de energia elétrica (Continente)
		Intensidade energética da economia em energia primária (tep/106 Euros)
8	8.1.1 Taxa de crescimento anual do PIB real per capita 8.5.2 Taxa de desemprego, por sexo, idade e pessoas com deficiência 8.8.1 Lesões ocupacionais fatais e não fatais por 100.000 trabalhadores, por sexo e status de migrante 8.9.1 PIB direto do turismo como proporção do PIB total e na taxa de crescimento	Taxa de variação anual do PIB real per capita
		Ganho médio horário
		Taxa de desemprego (15 a 74 anos)
		Taxa de jovens com idade entre 15 e 24 anos não empregados que não estão em educação ou formação
		VAB gerado pelo turismo em proporção do VAB total
11	11.3.1 Relação entre a taxa de consumo de terra e a taxa de crescimento populacional 11.6.1 Proporção de resíduos sólidos urbanos coletados e gerenciados em instalações controladas do total de resíduos municipais gerados, por cidades 11.6.2 Níveis médios anuais de material particulado fino (por exemplo, PM _{2,5} e PM ₁₀) nas cidades (ponderação populacional)	Evolução da eficiência dos territórios artificializados por habitante (Continente)
		Resíduos urbanos recolhidos
		Resíduos urbanos recolhidos por unidade de PIB (Kg / 1000 Euros de PIB)
		Concentração média anual de partículas (µg/m ³) (PM _{2,5} /PM ₁₀)
12	12.2.1 Pegada de material, pegada de material per capita e pegada de material por PIB 12.2.2 Consumo de material doméstico, consumo de material doméstico per capita e consumo de material doméstico por PIB 12.4.2 (a) Resíduos perigosos gerados per capita; e (b) proporção de resíduos perigosos tratados, por tipo de tratamento 12.5.1 Taxa nacional de reciclagem, toneladas de material reciclado	Consumo interno de materiais per capita (t por habitante)
		Pegada material per capita (t por habitante)
		Resíduos sectoriais perigosos per capita (kg por habitante)
		Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem
15	15.5.1 Índice da Lista Vermelha	Proporção da superfície florestal
		Proporção do território com solos degradados
16	16.3.2 Detentos não sentenciados como proporção da população carcerária geral	Crimes de homicídio voluntário consumado (N.º)
		Proporção de pessoas que se sentem seguras quando passeiam sozinhas depois de escurecer
		Crimes de tráfico de pessoas registados pelas autoridades policiais (N.º)

		Proporção de reclusos preventivos existentes em 31 de dezembro nos estabelecimentos prisionais comuns
17	17.1.2 Proporção do orçamento doméstico financiado por impostos domésticos 17.2.1 Assistência oficial líquida ao desenvolvimento, total e aos países menos desenvolvidos, como proporção da renda nacional bruta (RNB) dos doadores do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) 17.8.1 Proporção de indivíduos que usam a Internet	Total das receitas fiscais em % do PIB (Carga fiscal)
		Percentagem do orçamento de Estado financiado por impostos cobrados internamente
		Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) como proporção do Rendimento Nacional Bruto (RNB)
		Remessas de emigrantes/imigrantes (valor líquido acumulado em % PIB)
		Proporção de pessoas que utilizaram a Internet nos 3 meses anteriores à entrevista

Fonte: Elaboração própria

Anexo III–Indicadores por empresa

Altri

ODS	Indicador ONU	Indicador Empresa
7	7.2.1 Participação de energia renovável no consumo total de energia final	Quantidade de energia elétrica renovável injetada (gwh)
8	8.8.1 Lesões ocupacionais fatais e não fatais por 100.000 trabalhadores, por sexo e status de migrante	Nº de acidentes de trabalho
12	12.4.2 (a) Resíduos perigosos gerados per capita; e (b) proporção de resíduos perigosos tratados, por tipo de tratamento	Proporção de resíduos recuperados ou reutilizados
13	13.2.2. Emissões totais de gases de efeito estufa por ano	Percentagem de gases de efeitos de estufa de escopo 1, 2 3 (COD, kg O2/tSA)
15	15.4.1. Cobertura por áreas protegidas de locais importantes para a biodiversidade de montanha	Área de conservação natural (ha)

Fonte: Elaboração própria

BCP

ODS	Indicador ONU	Indicador Empresa
1	1.3.1 Proporção da população abrangida por pisos/sistemas de proteção social, por sexo, distinguindo crianças, desempregados, idosos, pessoas com deficiência, grávidas, recém-nascidos, vítimas de acidentes de trabalho e pobres e vulneráveis	Percentagem de operações com envolvimento da comunidade local implementando avaliações de impacto e/ou programas de desenvolvimento local
4	4.3.1 Taxa de participação de jovens e adultos na educação e formação formal e não formal nos últimos 12 meses, por sexo	Nº de horas de formação
5	5.5.2 Proporção de mulheres em cargos gerenciais	Número de mulheres em posições gerenciais
7	7.2.1 Participação de energia renovável no consumo total de energia final	Energia elétrica consumida derivada de fontes renováveis
8	8.8.2 Nível de cumprimento nacional dos direitos trabalhistas (liberdade de associação e negociação coletiva) com base nas fontes textuais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na legislação nacional, por sexo e status migrante	Percentagem de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva
10	10.3.1. Proporção da população que relata ter se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses com base em um motivo de discriminação proibido pelo direito internacional dos direitos humanos	Nº de colaboradores com deficiência
13	13.2.2. Emissões totais de gases de efeito estufa por ano	Emissões de gases de efeito estufa de escopo 1, 2 e 3 (escopo 1)
15	15.1.2. Proporção de locais importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce que são cobertos por áreas protegidas, por tipo de ecossistema	Habitats protegidos, por tipo e por unidade

Fonte: Elaboração própria

Corticeira Amorim

ODS	Indicador ONU	Indicador Empresa
4	4.3.1 Taxa de participação de jovens e adultos na educação e formação formal e não formal nos últimos 12 meses, por sexo	Nº de horas de formação
5	5.5.2 Proporção de mulheres em cargos gerenciais	% de mulheres no Conselho de Administração
6	6.5.1 Grau de gestão integrada de recursos hídricos	% intensidade no consumo de água
7	7.2.1 Participação de energia renovável no consumo total de energia final	% energia de fonte renovável
8	8.8.1 Lesões ocupacionais fatais e não fatais por 100.000 trabalhadores, por sexo e status de migrante	Nº de acidentes de trabalho
9	9.5.1 Despesas de pesquisa e desenvolvimento como proporção do PIB 9.b.1 Proporção do valor agregado da indústria de média e alta tecnologia no valor agregado total	Investimento médio anual em IDI
11		
12	12.5.1. Taxa nacional de reciclagem, toneladas de material reciclado	% de materiais renováveis e reciclados
13	13.2.2. Emissões totais de gases de efeito estufa por ano	Percentagem de total de emissões de GEE
15	15.1.1 Área de floresta como proporção da área total de terra	Número de sobreiros plantados por hectares

Fonte: Elaboração própria

CTT

ODS	Indicador ONU	Indicador Empresa
3		Formação de trabalhadores/as em saúde e segurança no trabalho
4	4.3.1 Taxa de participação de jovens e adultos na educação e formação formal e não formal nos últimos 12 meses, por sexo	Nº de horas de formação
7	7.2.1 Participação de energia renovável no consumo total de energia final	% da energia elétrica consumida, produzida através de fontes renováveis.
8	8.8.1 Lesões ocupacionais fatais e não fatais por 100.000 trabalhadores, por sexo e status de migrante	Nº de acidentes de trabalho
11		% do número de quilómetros efetuados em veículos elétricos.
12	12.4.2 (a) Resíduos perigosos gerados per capita; e (b) proporção de resíduos perigosos tratados, por tipo de tratamento	Taxa de valorização de resíduos
13	13.2.2 Emissões totais de gases de efeito estufa por ano	Percentagem de gases de efeitos de estufa de escopo 1 e 2 (COD, kg O2/tSA)

Fonte: Elaboração própria

EDP

ODS	Indicador ONU	Indicador Empresa
7	7.2.1 Participação de energia renovável no consumo total de energia final	% energia de fonte renovável
8	8.8.1 Lesões ocupacionais fatais e não fatais por 100.000 trabalhadores, por sexo e status de migrante	Nº de acidentes de trabalho
11		Número de clientes de eletricidade com serviços sustentáveis
13	13.2.2. Emissões totais de gases de efeito estufa por ano	Percentagem de gases de efeitos de estufa de escopo 1 e 2 (COD, kg O2/tSA)

Fonte: Elaboração própria

EDP renováveis

ODS	Indicador ONU	Indicador Empresa
5	5.5.2 Proporção de mulheres em cargos gerenciais	% de mulheres em cargos de chefia
7	7.2.1 Participação de energia renovável no consumo total de energia final	% energia de fonte renovável
8	8.8.2 Nível de cumprimento nacional dos direitos trabalhistas (liberdade de associação e negociação coletiva) com base nas fontes textuais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na legislação nacional, por sexo e status migrante	Número de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva (%)
9	9.b.1 Proporção do valor agregado da indústria de média e alta tecnologia no valor agregado total	% de formação de digitalização
11		Milhões investidos na comunidade
13	13.2.2 Emissões totais de gases de efeito estufa por ano	Percentagem de gases de efeitos de estufa de escopo 1 e 2 (COD, kg O2/tSA)
15	15.1.2. Proporção de locais importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce que são cobertos por áreas protegidas, por tipo de ecossistema	% de hectares recuperados

Fonte: Elaboração própria

Galp

ODS	Indicador ONU	Indicador Empresa
7	7.2.1 Participação de energia renovável no consumo total de energia final	% energia de fonte renovável
8	8.8.1 Lesões ocupacionais fatais e não fatais por 100.000 trabalhadores, por sexo e status de migrante	Nº de acidentes
9		
12		
13	13.2.2. Emissões totais de gases de efeito estufa por ano	Percentagem de gases de efeitos de estufa de escopo 1 e 2 (COD, kg O2/tSA)
17		

Fonte: Elaboração própria

GreenVolt

ODS	Indicador ONU	Indicador Empresa
5	5.5.2 Proporção de mulheres em cargos gerenciais	Percentagem de mulheres em cargos de liderança
7	7.2.1 Participação de energia renovável no consumo total de energia final	% energia de fonte renovável
8	8.3.1 Proporção de emprego informal no emprego total, por setor e sexo	Distribuição global de colaboradores por faixa etária
11		% das novas obrigações verdes emitidas (green bonds)
12	12.4.2 (a) Resíduos perigosos gerados per capita; e (b) proporção de resíduos perigosos tratados, por tipo de tratamento	% de resíduos valorizados
13	13.2.2 Emissões totais de gases de efeito estufa por ano	Percentagem de gases de efeitos de estufa de escopo 1 e 2 (COD, kg O2/tSA)

Fonte: Elaboração própria

Jerónimo Martins

ODS	Indicador ONU	Indicador Empresa
1		
2	2.1.1 Prevalência de desnutrição	Toneladas de alimentos doados
3	3.4.1 Taxa de mortalidade atribuída a doenças cardiovasculares, câncer, diabetes ou doença respiratória crônica	Toneladas de açúcar, gorduras e sal
4		
5	5.5.2 Proporção de mulheres em cargos gerenciais	Rácio salarial entre géneros
6		
7		
8	8.3.1 Proporção de emprego informal no emprego total, por setor e sexo	Tipos de Contratos por sexo
9		
10	10.4.2 Impacto redistributivo da política fiscal	% de milhões em apoios a associações
11	11.6.1 Proporção de resíduos sólidos urbanos coletados e gerenciados em instalações controladas do total de resíduos municipais gerados, por cidades	% de consumo de plástico
12	12.2.1 Pegada de material, pegada de material per capita e pegada de material por PIB 12.5.1 Taxa nacional de reciclagem, toneladas de material reciclado	% de consumo de plástico
13	13.2.2 Emissões totais de gases de efeito estufa por ano	Percentagem de gases de efeitos de estufa de escopo 1 e 2 (COD, kg O2/tSA)
14		
15		
16		
17		

Fonte: Elaboração própria

Mota Engil

ODS	Indicador ONU	Indicador Empresa
8	8.8.1 Lesões ocupacionais fatais e não fatais por 100.000 trabalhadores, por sexo e status de migrante	Taxa de incidência de acidentes em projetos
9	9.5.1 Despesas de pesquisa e desenvolvimento como proporção do PIB 9.b.1 Proporção do valor agregado da indústria de média e alta tecnologia no valor agregado total	Investimento acumulado em Inovação
12	12.4.2 (a) Resíduos perigosos gerados per capita; e (b) proporção de resíduos perigosos tratados, por tipo de tratamento	% de resíduos valorizados

Fonte: Elaboração própria

The Navigator Company

ODS	Indicador ONU	Indicador Empresa
8	8.8.1 Lesões ocupacionais fatais e não fatais por 100.000 trabalhadores, por sexo e status de migrante	Número de acidentes de trabalho
9		
12	12.4.2 (a) Resíduos perigosos gerados per capita; e (b) proporção de resíduos perigosos tratados, por tipo de tratamento	% de resíduos valorizados
13	13.2.2 Emissões totais de gases de efeito estufa por ano	Porcentagem de gases de efeitos de estufa de escopo 1 e 2 (COD, kg O2/tSA) %
15	15.4.1 Cobertura por áreas protegidas de locais importantes para a biodiversidade de montanha	% de madeira certificada

Fonte: Elaboração própria

NOS

ODS	Indicador ONU	Indicador Empresa
3		
4	4.4.1 Proporção de jovens e adultos com habilidades em tecnologia da informação e comunicação (TIC), por tipo de habilidade	Formação de competências digitais
5	5.5.2 Proporção de mulheres em cargos gerenciais	% de mulheres em cargos de chefia
7	7.2.1 Participação de energia renovável no consumo total de energia final	% eletricidade de fonte renovável
8		Índice de satisfação dos colaboradores
9	9.b.1 Proporção do valor agregado da indústria de média e alta tecnologia no valor agregado total 9.c.1 Proporção da população coberta por uma rede móvel, por tecnologia	Número de objetos ligados por soluções IoT com benefícios ambientais ou sociais
11		
12		% do consumo total de energia por tráfego de dados
13	13.2.2 Emissões totais de gases de efeito estufa por ano	Percentagem de gases de efeitos de estufa de escopo 1 e 2 (COD, kg O2/tSA)
16		Avaliação dos colaboradores sobre desempenho ético da companhia
17		Avaliação ambiental e social dos fornecedores de risco

Fonte: Elaboração própria

REN

ODS	Indicador ONU	Indicador Empresa
4		
5	5.5.2 Proporção de mulheres em cargos gerenciais	% de mulheres em cargos de chefia
7		
8		Peso do ESG nas métricas de desempenho de gestores
11		% das novas obrigações verdes emitidas (green bonds)
13	13.2.2 Emissões totais de gases de efeito estufa por ano	Percentagem de gases de efeitos de estufa de escopo 1 e 2 (COD, kg O2/tSA)
15		
17		

Fonte: Elaboração própria

Semapa

ODS	Indicador ONU	Indicador Empresa
8	8.3.1 Proporção de emprego informal no emprego total, por setor e sexo	% de colaboradores com menos 50 anos
12	12.2.1 Pegada de material, pegada de material per capita e pegada de material por PIB	M ³ de água captada
13	13.2.2 Emissões totais de gases de efeito estufa por ano	Percentagem de gases de efeitos de estufa de escopo 1 e 2 (COD, kg O ₂ /tSA)

Fonte: Elaboração própria

Sonae

ODS	Indicador ONU	Indicador Empresa
1		
2	2.4.1 Proporção da área agrícola sob agricultura produtiva e sustentável	Rácio de desperdício alimentar
3		Número de colaboradores que participam em formações de saúde e segurança no trabalho
4	4.3.1 Taxa de participação de jovens e adultos na educação e formação formal e não formal nos últimos 12 meses, por sexo	Número de horas de formação
5	5.5.2 Proporção de mulheres em cargos gerenciais	Percentagem de mulheres em cargos de liderança
7	7.2.1 Participação de energia renovável no consumo total de energia final	Capacidade elétrica a partir de fontes renováveis
8	8.8.1 Lesões ocupacionais fatais e não fatais por 100.000 trabalhadores, por sexo e status de migrante	Índice de frequência de acidentes de trabalho
9		
10	10.3.1 Proporção da população que relata ter se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses com base em um motivo de discriminação proibido pelo direito internacional dos direitos humanos	Número de colaboradores com menos de 30 anos
12	12.2.1 Pegada de material, pegada de material per capita e pegada de material por PIB 12.2.2 Consumo de material doméstico, consumo de material doméstico per capita e consumo de material doméstico por PIB	Plástico reciclado em embalagens de marca própria
13	13.2.2 Emissões totais de gases de efeito estufa por ano	Emissões de GEE (âmbito 1 e 2) por m ² de área de vendas
14	14.4.1 Proporção de estoques de peixes dentro de níveis biologicamente sustentáveis	Percentagem de pescado proveniente de métodos sustentáveis ou aquacultura
16		
17		Número de organizações da economia social apoiadas

Fonte: Elaboração própria